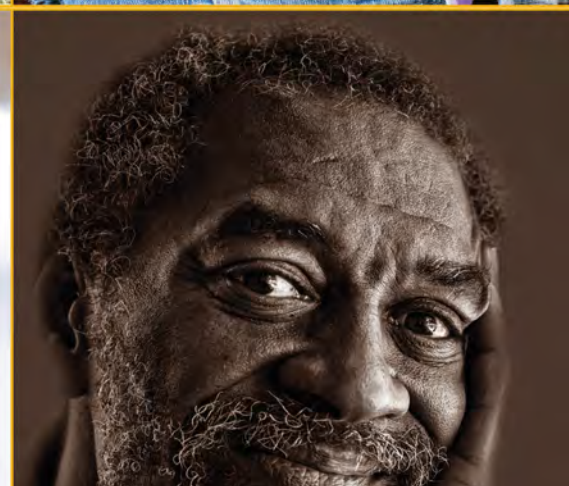


COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ:
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

VOLUME 12



IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

PATRÍCIA MARTINS E LUCIANA ALVES

PROGRAMA
ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia





IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL



Luzia Matos Mota

Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva

Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis

Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire

Secretária Executiva

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito

Deise Danielle Neves Dias Piau

Durval de Almeida Souza

Fabrcio Menezes Ramos

Guillermo Alberto Lopez

Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Mariana Rocha Santos Costa

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos

Catarina Ferreira Silveira

Eliana Evangelista Batista

Flávio de Ligório Silva

Maurício Andrade Nascimento

Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis

Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta

Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos

Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo

Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza

Diretora

EXPEDIENTE

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Morais

Edson Machado de Brito

Eliane Silvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

PATRÍCIA MARTINS
LUCIANA ALVES

IDENTIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 12

Salvador
2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Fotos: Carolina Spork / Pexels.com | Greta Hoffman / Pexels.com | Mwabonje Ringa / Pexels.com | Nappy / Pexels.com | Kingofkings_lj / Pixabay | StockSnap / Pixabay | Leroy_Skalstad / Pixabay. Direito de uso autorizado.

I23

IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Identidade da população negra no Brasil / Texto de Patricia Martins e Luciana Alves / DPAAE - Salvador : EDIFBA, 2023.

56 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 12).

E-Book.

ISBN: 978-65-88985-39-7.

1. Identidade Cultural. 2. Racismo. I. Patricia Martins. II. Luciana Alves. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - DPAAE. IV. Identidade da população negra no Brasil. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 12.

CDU 94(81):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^ª. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^ª. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Sílvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestra Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

AS AUTORAS DESTE CADERNO



PATRICIA MARTINS

É doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, atuando junto ao grupo de pesquisa NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural. Desenvolveu diferentes projetos na área do patrimônio cultural, enquanto consultora PRODOC/Unesco, em coordenação de pesquisas e projetos culturais, em processos de INRC/Iphan (Inventário Nacional de Referências Culturais). É docente do Instituto Federal do Paraná, onde integra o NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Finalizou em 2018 sua tese de doutorado intitulada: “Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeça: uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara”, a qual recebeu a menção honrosa pelo Prêmio Sílvio Romero/CNFCP. E-mail: patricia.martins@ifpr.edu.br



LUCIANA ALVES

Doutoranda em educação na Universidade de Campinas (Unicamp), mestre e em educação e pedagoga pela Universidade de São Paulo (USP). É Pró-reitora Adjunta de Assuntos Estudantis na Unifesp e consultora de educação e relações raciais. Dedicar-se às pesquisas sobre desigualdades educacionais, com especial enfoque nos temas branquitude, políticas públicas para equidade racial e infância. É autora do livro “Ser branco”, publicado pela editora Hucitec. E-mail: luciana.alves@unifesp.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIAS RACIAIS E RACISMO NO BRASIL 16

- 1.1 Introdução 17
- 1.2 O conceito de raça e sua operacionalidade 18
- 1.3 Mestiçagem no pensamento social brasileiro 19
- 1.4 “Um defeito de cor”: branqueamento e as ideias que estão na origem do genocídio da população negra.....21
- 1.5 O mestiço: de sujeito a ser branqueado a símbolo nacional 24



CAPÍTULO 2

IDENTIDADES CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE NEGRITUDES 29

- 2.1 Introdução..... 30
- 2.2 Tornar-se negro 30
- 2.3 A identidade cultural e a questão negra..... 32
- 2.4 Quem é negro no Brasil?.....34
- 2.5 Branquitude e o lugar dos brancos na luta antirracista 35





CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS 48

CAPÍTULO 3

ESTÉTICAS, CORPO E POLÍTICA: MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE IDENTITARISMOS

NEGROS 39

3.1 Introdução 40

3.2 Orgulho negro como ferramenta identitária..... 41

3.3 Feminismos negros e o empoderamento de
mulheres negras 43

3.4 Apropriação cultural e lugar de fala: do que
estamos falando? 45




CAPÍTULO 1

TEORIAS RACIAIS E RACISMO NO BRASIL



TEORIAS RACIAIS E RACISMO NO BRASIL



Andei céu, terra e mar a procurar meu bisavô
Quando saí pra viajar, minha mãe chorou
Pois minha família se perdeu na escravidão
Em cada humano que eu encontrar, vejo um irmão
E de joelhos eu peço. Olorum Sai do seu reino e vem me ver,
Olorum Seu povo está cansado de sofrer
Mateus Aleluia, Olorum, 2020.

1.1 INTRODUÇÃO


Você já pensou sobre o que significa “raça” em nossa sociedade? Ou ainda, qual é e tem sido seu papel na constituição da nação brasileira? Muitas páginas já foram escritas com os objetivos de identificar e analisar as origens dos discursos raciais no Brasil, ainda assim, é preciso lançar luz a esse tema. O melhor caminho que temos a seguir é nos informar e buscar ampliar nossas fontes de conhecimento. Neste caso, o papel de intelectuais negras e negros é fundamental para a construção de nosso conhecimento.

Ficou para trás o tempo em que o discurso acadêmico produzido a partir da visão de intelectuais brancos era o único e legítimo para falar sobre nós, negras e negros. Ocupamos, com muita resistência, as universidades, centros de pesquisas e a produção acadêmico-científica, sobretudo a partir da implementação das políticas de ações afirmativas, o que tem nos possibilitado contar e refletir sobre nossa própria história.

Neste Caderno, incentivamos o(a) leitor(a) a pensar a respeito da identidade da população negra em nosso país do ponto de vista histórico, político e cultural, destacando os aspectos de sua formação, transformação e afirmação. Ao longo dos capítulos que aqui serão apresentados, pretendemos demonstrar, sobretudo, como a visibilidade e valorização das identidades negras no mundo contemporâneo é, de fato, fruto da resistência de diferentes movimentos sociais negros, pessoas e coletivos que lutaram e lutam pela autoafirmação e pelo reconhecimento da importância da cultura africana na constituição do território brasileiro.

Se, no passado recente, as representações da nação brasileira se davam a partir de um conceito de raça marcado pela inferiorização e estigmatização da população negra, representações estas que incidiram diretamente na construção de narrativas racistas e discriminatórias voltadas ao povo negro, hoje, temos um cenário em que as identidades negras são vistas em sua pluralidade. Sobretudo jovens e mulheres negras reconstróem e elaboram contra-narrativas em prol de práticas decoloniais, ou seja, de vivências que sejam pautadas pelo conhecimento de sua ancestralidade na busca da afirmação de suas identidades e reconstrução do imaginário social.

Nesse compasso, com muita ginga, sabedoria e força, o nosso povo segue caminhando em busca da autodeterminação, reconhecimento e valorização de nossas identidades e do orgulho de ser negro e negra.



Neste caderno convidamos você a juntas e juntos compreender um pouco mais sobre os caminhos que têm sido trilhados pela população negra em nossa sociedade. Esperamos que este nosso encontro possa contribuir à reeducação das relações étnicorraciais em nosso país, contribuindo para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

1.2 O CONCEITO DE RAÇA E SUA OPERACIONALIDADE

No contexto do século XVI, a partir de práticas mercantilistas, o Ocidente iniciou uma das instituições mais sórdidas de todos os tempos: a escravização de povos africanos e indígenas.

A colonização e, conseqüentemente o colonialismo, teve como uma de suas principais bases a utilização de mão de obra escravizada a serviço do enriquecimento das metrópoles e dos colonizadores que provinham do continente europeu.

Importante destacar que esse cruel comércio, que se inicia no contexto mercantil, nos impôs conseqüências perenes, com desdobramento no século XIX, no contexto do chamado neocolonialismo.

Tanto o **Colonialismo** quanto o **Neocolonialismo** objetivavam a exploração de povos e territórios com fins de lucros. No entanto, importante observar que o Colonialismo (séculos XVI a XVIII) é caracterizado por uma dominação direta por parte dos países europeus, expressa econômica e politicamente, sobre territórios da América, principalmente, estando inserido em um contexto de **mercantilismo** e **absolutismo**, em que se buscava os tão cobiçados metais preciosos. Já no **Neocolonialismo** (séculos XIX e XX), vivemos o contexto da industrialização, neste os objetivos de domínio referiam-se à busca por matéria-prima, mercados consumidores e mão de obra barata. A prática neocolonial impulsionou um forte acirramento político entre as potências europeias, em conseqüência da intensa disputa dos países europeus. O século XX abriu suas portas para o primeiro conflito mundial da Era contemporânea, conhecida como a I Guerra Mundial.

Guardando as especificidades de cada momento, tanto no período colonialista quanto no neocolonialismo é possível perceber em operação uma lógica colonial na qual as relações sociais estavam estruturadas a partir do olhar do “dominador” (colonizador) em relação aos povos subjugados (colonizados). O processo de colonização buscou construir uma narrativa na qual as diversidades dos povos colonizados foram suprimidas. Para o colonizador: “para o branco senhor, não havia povos negros diversos, mas apenas o negro escravo” (RAMOS, 1979; p.183).

O conceito de raça foi central para o desenvolvimento da ação colonialista, por isso é importante entendermos como foi elaborado. Raça foi um termo primeiramente usado no campo das ciências naturais para diferenciar animais e plantas. No século XVIII, o conceito começou a ser usado para explicar o mundo social, ou seja, as diferenças entre os seres humanos, ocasião em que as diferenças físicas e culturais observáveis entre as populações, como a cor da pele, a textura dos cabelos, traços físicos do rosto, modos de ser e viver no mundo, foram consideradas como indicativas da existência de diferentes categorias de humanos (MUNANGA, 2004).

No século XIX, o olhar colonizador explicou a diversidade humana a partir de teorias científicas conhecidas como teorias raciais em que a humanidade era dividida em raças. Tais teorias associavam comportamentos, capacidades, habilidades físicas a diferentes graus de evolução social. Partindo da construção de uma hierarquia racial, negros e povos indígenas foram classificados como grupos menos evoluídos enquanto os europeus representavam o grupo humano mais evoluído, exemplo de progresso e civilização (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993).

Essa compreensão a respeito da diversidade humana foi base de uma teoria difundida no período colonial denominada evolucionismo, que atribuía aos povos europeus a prerrogativa de civilizar as raças consideradas inferiores, conduzindo-as à humanidade e ao progresso. Na prática, tal prerrogativa se transformou em justificativa para a invasão de territórios, a exploração de recursos naturais e materiais bem como para o controle e genocídio de povos africanos e indígenas.



Saiba mais

No ano de 2003, a sociedade brasileira teve uma grande conquista com o estabelecimento da Lei 10.639 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. No ano de 2008, ocorre mais um importante avanço: o estabelecimento da Lei 11.645 que modificou a Lei nº 10.639/03 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Você conhece essa importante legislação? Para conhecer acesse:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm



No Brasil, as teorias raciais foram amplamente divulgadas no contexto da abolição da escravidão. Momento de iminente afrouxamento do controle social exercido por latifundiários escravocratas sobre os escravizados, foi também o momento em que a “Onda Negra” produziu o “Medo branco” como destacou a socióloga e historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), ou seja, quando escravocratas veem ameaçada a ordem social até então vigente, a qual brancos monopolizavam poderes políticos, econômicos e sociais e lançaram mão de teorias racialistas para construir um imaginário social no qual a população negra é vista como inferior à população branca.

Nesse sentido, vemos o papel fundamental das instituições científicas e dos “homens da ciência” na construção das bases teóricas que davam sustentação à suposta existência de diferenças raciais, que se traduziam na superioridade e inferioridade entre raças.

Schwarcz (1993) analisa tal produção científica no bojo de mudanças históricas, como a abolição da escravidão e a emergência do regime republicano. Nesse contexto, as teorias raciais refletiam o medo branco da onda negra a ser liberada do julgo escravista, medo esse que se assentava em dois fatores primordiais: i) negros ultrapassavam quantitativamente a população branca e ii) após anos de violência colonial, poderiam, era o que se supunha, retaliar latifundiários, como ocorreu na revolução haitiana, em 1791, por exemplo (AZEVEDO, 1987).

Assim, atribuir as desigualdades sociais às determinações da natureza, ou seja, à raça, foi a saída escolhida pela elite branca brasileira do século XIX para manter negros e negras em condições sociais inferiores, garantindo para si os privilégios conquistados por meio da exploração de mão de obra outrora escravizada. O controle não se daria mais pela instituição escravista, mas pela prevalência do racismo, sistema de dominação que assumiu novos contornos no Brasil republicano.

O racismo enquanto um fenômeno histórico é parte das construções contemporâneas, pois a partir das formulações elaboradas no século XIX, a ideia de superioridade racial assumiu a condição

de discurso unificado, legitimado por teorias científicas à época. O racismo compreende, desde então, um sistema de dominação cujos efeitos se expressam em dimensões estruturais, institucionais e subjetivas. São evidências dessas dimensões, respectivamente, o abismo social que separa negros e brancos no acesso a direitos sociais básicos, como o direito à vida, educação e moradia; as barreiras à ascensão social de negros e negras no mercado de trabalho; os episódios de manifestação de preconceito racial que seguem retratados na mídia, para citar apenas alguns exemplos.

Estudos recentes sobre genética (PENA e BIRCHAL, 2006) nos mostraram que, para a espécie humana, o conceito de raça biológica não se aplica. Contudo, no plano social, o imaginário construído em torno do conceito de raça segue operando e sedimentando o racismo. Por isso, pesquisadores destacam que, embora o conceito de raça (biologicamente) não seja válido para explicar a diversidade humana, socialmente ele existe e opera nas relações. Dito de outro modo, o fato de não haver evidências genéticas que permitam dividir a humanidade em subespécies, a sociedade contemporânea ainda opera as relações raciais a partir da ideia de hierarquia racial construída no século XIX (classificando sujeitos e grupos a partir de critérios raciais hierarquizados).

Assim, mesmo que a raça seja uma categoria inventada, a realidade do racismo é incontestável, embora muitos afirmem o oposto. Talvez você já tenha ouvido a frase “no Brasil não há racismo” ou ainda “vivemos numa democracia racial”. Na próxima seção, buscaremos desvendar as origens dessa falsa crença de que o Brasil seria um país sem racismo, buscando entender a qual projeto de sociedade serve essa narrativa.

1.3 MISTIÇAGEM NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Raça e racismo estiveram no centro das discussões a respeito da construção da ideia de Brasil como nação, um país em que a mestiçagem era uma realidade inquestionável e em que a figura

do mestiço foi interpretada de modos diferentes, por vezes antagonísticos: como sinônimo de nosso atraso e inviabilidade; como estágio intermediário na suposta evolução de negros que se tornariam brancos por meio de relacionamentos inter-raciais; e ainda como símbolo de nossa nacionalidade.

Visto pela intelectualidade europeia como grande “laboratório racial”, o Brasil, em finais do século XIX, foi foco de estudo para cientistas da época por seu alto grau de miscigenação. Teorias foram sendo construídas para demonstrar que a mistura das raças produzia degenerescência. Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), conhecido diplomata e literato francês da época, em estadia no Brasil, concluiu que o país estava fadado à degeneração devido ao alto grau de mistura racial aqui presente. Assim como Gobineau, outros intelectuais europeus também desacreditavam da capacidade do Brasil erguer-se como nação, tendo em vista as características de seu povo. Tais homens de ciência:

[...] acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. (SCHWARCZ, 1996, p. 85).

Para parte da elite nacional brasileira do século XIX, os mestiços representavam a degenerescência, já que teorias raciais vigentes à época postulavam que a mestiçagem de raças produzia infertilidade e inferioridade intelectual. Assim estava posta a questão: como tornar o Brasil uma nação viável, sendo que seu povo era constituído de indígenas e negros, grupos vistos como inferiores em relação aos europeus brancos?

Nas primeiras décadas após a Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), a elite nacional se esforçou para afirmar que o Brasil era uma nação viável, embora seu povo fosse majoritariamente formado por indígenas e negros. Para tanto tiveram de lidar com a visão pessimista construída pelas teorias raciais para as quais indígenas e, sobretudo negros, eram

vistos como raças inferiores. Houve um debate intenso entre intelectuais nacionais representantes de duas correntes diferentes de pensamento: os que viam, por um lado, a miscigenação como fator de degenerescência para o país e, por outro lado, os que viam na miscigenação a resposta para a viabilidade da nação por meio do branqueamento.

Como um dos principais representantes dos intelectuais nacionais que fizeram esse debate, encontramos Sílvio Romero (1851-1914) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Para o primeiro, a miscigenação era compreendida como a principal característica do Brasil. Em seu livro *A Litteratura Brasileira e a Critica Moderna* (1880), Romero declarava:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, maximé a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia! (ROMERO, 1880, p. 53 in SILVA, 2020).

Como explica a socióloga e pesquisadora Priscila Silva (2020), para Nina Rodrigues, o Brasil estava fadado a conviver com a condição de inferioridade (nesse sentido ações do estado deveriam ser contundentes), já para Sílvio Romero a miscigenação era a possibilidade para a constituição do povo desejado, via posituação da miscigenação como uma fase de transição que levaria ao embranquecimento do povo brasileiro. Apostando na ideia de que a raça branca por ser superior prevaleceria às demais, parte da intelectualidade nacional validava a miscigenação, pois entendiam que, em algumas gerações, o povo brasileiro seria branco.

A elite nacional questionava: qual seria a identidade do povo brasileiro? Qual deveria ser a identidade nacional? Dilemas que estimulavam grande parte da intelectualidade da época, em um contexto também marcado pela intensificação da atividade urbana e, sobretudo, pela instabilidade social, com a maior parte da população na pobreza, especialmente os negros e negras recém-libertos.

Foram tempos difíceis que revelaram que a libertação de pessoas escravizadas não significou sua verdadeira emancipação. No pós-abolição, o racismo e os discursos de inferiorização da população negra se intensificaram, produzindo e acentuando as desigualdades sociais. A população negra que, até então, como escravizada ergueu o país com seu suor, habilidades e conhecimentos passados por gerações desde África, no contexto do trabalho assalariado foi recusada. A falta de trabalho, de terra, de moradia, de educação alinhada ao racismo produziu o desamparo social e

fundamentou o abismo de desigualdades que conhecemos até os dias atuais.

Especialmente nas primeiras duas décadas do século XX, grande parte da intelectualidade brasileira pensou e agiu tendo a ideia de raça como norteadora das relações e instituições sociais (SILVA, 2020).

Preocupados em assegurar um lugar para o Brasil dentre as nações vistas por europeus como modernas, grupos de intelectuais e de governantes se engajaram em busca de soluções para que o país fosse aceito como nação viável. A saída encontrada foi a ressignificação da mestiçagem, considerando-a não mais como indicativa de degenerescência, mas como passo necessário para o branqueamento da população. A política de imigração, iniciada no final do século XIX, foi um dos caminhos adotados para efetivar tal projeto, revelando a crença de que brancos eram agentes civilizatórios.



Dica de leitura e aprofundamento!

A pesquisadora Priscila Elisabete da Silva, em sua tese de doutorado intitulada: *Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade* (2016), apresenta um panorama das teorias raciais discutidas no Brasil no século XIX e XX e discute o impacto dessas na construção da Universidade de São Paulo. Quer conhecer esse estudo? É só acessar o link: <https://bit.ly/3Kantwj>.



LIGANDO OS PONTOS!

No Brasil, a partir da abolição da escravidão, em 1888, o que se assiste é o abandono de grande parte da população liberta à própria sorte quase como que um resultado da substituição dos projetos de transição regulada e gradual da mão de obra escrava para a livre pelo projeto de imigração. O imigrante branco era o ingrediente perfeito, pois resolveria uma suposta escassez de mão de obra e seria responsável pelo isolamento e elimina-

ção da raça negra considerada tão inferior, atrasada e prejudicial ao progresso. Nesse sentido, as teses eugenistas importadas da Europa foram bem aproveitadas pela classe branca dominante na cena brasileira da época. O **racismo científico** serviu como tese que fundamentou a política de embranquecimento da população, visto que seus precursores, não demoraram em associá-lo ao desenvolvimento do país, e o atraso à população negra. (AZEVEDO, 1987, p.22).

1.4 “UM DEFEITO DE COR”: BRANQUEAMENTO E AS IDEIAS QUE ESTÃO NA ORIGEM DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

Abrimos esta seção fazendo referência ao livro **Um Defeito de Cor**, da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, no qual ela narra a história de uma mulher negra que viveu a escravidão no Brasil. O título refere-se à existência, no período colonial, de uma

lei que impedia a população negra de ocupar cargos públicos dado o “defeito de cor”. O “defeito” poderia ser perdoado caso a pessoa comprovasse extremo talento e competência (OLIVEIRA, 2008). É possível percebermos, com esse exemplo, a importância de conhecermos mais sobre a história de nosso país para, assim, melhor compreendermos a formação da estrutura social racista que ainda se faz presente em nossa sociedade.

Após a assinatura da Lei Áurea (1888), não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma

A-Z

Racismo científico

Com o termo Racismo se entende não a descrição da diversidade das raças ou os grupos étnicos humanos, realizada pela Antropologia Física ou pela Biologia, mas a referência do comportamento do indivíduo à raça a que pertence e, principalmente, o uso político de alguns resultados aparentemente científicos, para levar à crença da superioridade de uma raça sobre as demais. Este uso visa a justificar e consentir atitudes de discriminação e perseguição contra as raças que se consideram inferiores. (BOBBIO, 2016, p. 1059).



sociedade baseada no trabalho assalariado. Essa é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Os ex-escravizados, além de serem discriminados pela cor, somaram-se à população pobre e formaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da nova República.



Figura 1. Morro da Favela. Fonte: Pinterest.

Após a Lei Áurea, os negros libertos foram buscar moradia em regiões precárias e afastadas dos bairros centrais das cidades. Uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, em 1904, expulsou as populações pobres para os morros.

Nas primeiras décadas do século XX, houve em nosso país um processo de incentivo à imigração europeia como medida para assegurar o branqueamento dos brasileiros.

Ao incentivar a imigração europeia, o Estado brasileiro trabalhou tanto em prol da exclusão da população negra, quanto pela negação de oportunidades que lhes conduziria à condição de cidadania (conduzida aos imigrantes alemães, espanhóis, italianos, entre outros europeus), seja pela afirmação do branqueamento, seja por meio da miscigenação com imigrantes europeus.

Enquanto os imigrantes foram favorecidos por leis que lhes deram condições para adquirir terras, os negros foram excluídos não somente do campo, como também do trabalho urbano.

Sendo a população negra vista como um problema para a modernização do país (apoiados pelas teorias raciais vigentes), apostava-se efetivamente em seu desaparecimento no período de três gerações, o que aconteceria por meio do branqueamento. Essa tese foi apresentada à comunidade científica internacional, em 1911, no Primeiro Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres. João Batista de Lacerda (1846-1925), médico e antropólogo físico, na função de diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, defendeu a tese de que o “Brasil estava no caminho do ‘branqueamento’: por meio da mestiçagem, seria possível resolver o problema racial brasileiro” (SANTOS, R. V., e MAIO, 2004, p. 62 apud SILVA, 2022, p. 91).

O quadro “A redenção de Cam”, pintado por Modesto Brocos y Gómez em 1895, foi utilizado por Lacerda para expressar o processo de branqueamento que já estava em curso no Brasil e que levaria à constituição de um povo branco.

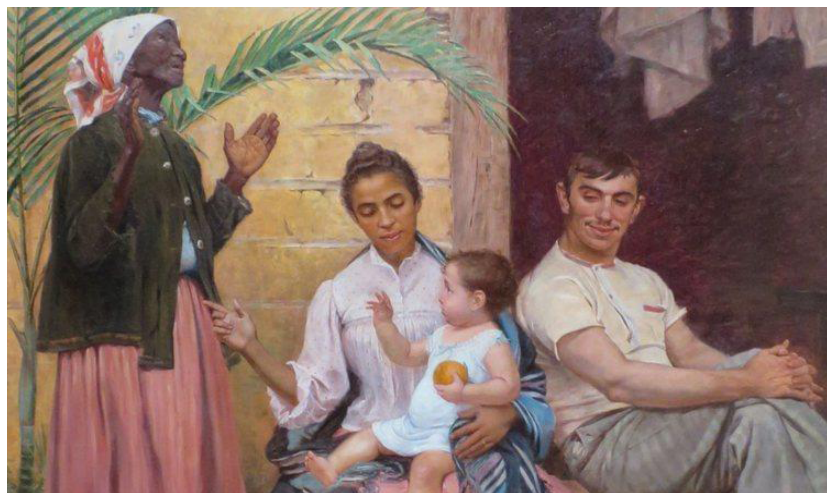


Figura 2. A Redenção de Cam pintado por Modesto Brocos y Gómez em 1895. Fonte: In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/2rf8cwfp>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

Utilizando os termos oficiais de classificação racial que empregamos atualmente, podemos observar no quadro um continuum de cor que vai da avó preta ao/à neto/a branco/a, passando



Aprofunde seus conhecimentos

O nome do quadro de Modesto Brocos y Gómez faz referência à passagem bíblica em que Cã ri de seu pai, Noé, pois este, embriagado, deixa a mostra seus órgãos sexuais. Noé então amaldiçoa Cã, declarando que seus filhos serão escuros e escravos dos filhos de seu irmão. Essa explicação foi utilizada para justificar religiosamente a escravidão negra.

Para aprofundar a análise sobre o quadro e suas simbologias, destacamos o estudo de LOTIERZO, T. H. P. Contornos do (in)visível: A Redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos. 2013. 304 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.



pela filha parda. Note-se que o avô materno não está presente na imagem, mas a cor da mãe da criança sugere que ela mesma é fruto de relação inter-racial, possivelmente não legitimada pelo casamento, dada a ausência. O processo de embranquecimento termina com a “redenção” de Cã, simbolizada pelo bebê branco. A ausência do “pai” diz muito a respeito das relações entre homens brancos e mulheres pretas e indígenas!

A partir da década de 1920, no bojo do **higienismo** e do **sanitarismo**, uma intelectualidade, sobretudo médica, associa progresso, raça e controle social. Como afirma a socióloga Priscila Silva:

A-Z

Higienismo

A ideologia do higienismo estava voltada a uma preocupação com a construção de um país que se queria moderno. No Brasil, a finalidade era promover uma imagem de país civilizado e, por conseguinte, estimular a imigração europeia, estes seriam incentivados a reproduzirem, já que eram importantes para a higienização da raça e faziam parte da ideia de desenvolvimento aos moldes da Europa, enquanto para as “raças inferiores” o enfoque era evitar a reprodução de características degenerativas; e escolheram como instrumento a higiene da raça e como principal discurso o eugenismo.

Sanitarismo

Formado por médicos e higienistas, o movimento sanitarista foi um movimento intelectual e político durante o período de 1916 a 1920. Seu surgimento é associado à campanha pelo saneamento rural desencadeada pela discussão gerada em torno da frase proferida por Miguel Pereira, em 1916, “O Brasil é um imenso hospital” (SILVA, 2020, p. 100).

[...] a preocupação com a raça esteve no cerne das ações higienistas. Nas primeiras décadas do século XX, a medicina social passou a balizar as ações do Estado, sobretudo, nas políticas em áreas como a da saúde e da educação. (SILVA, 2020, p. 90).

Focando na ideia de higiene social, o movimento higienista promoveu ações de controle da população não branca.

“Num contexto de aceleração do crescimento urbano, as cidades foram o foco das ações higienistas. Dentre outras, podemos citar medidas como canalização de rios, instalação de esgotos, controle e tratamento de águas e vacinação compulsória. Mas há também aquelas focadas diretamente nas populações menos favorecidas, como derrubadas de cortiços e outras habitações populares. Estas, em especial, devem ser entendidas como ações que colocaram em prática um determinado projeto de civilização construído sob um imaginário no qual o negro é representado como manifestante de um comportamento (e de um legado) primitivo, sendo, portanto, inadequado para este novo cenário.” (SILVA, 2020, p. 89).

Naquele contexto, saúde e moral foram associadas e promoveram práticas de controle social da população não branca que atingiram diferentes dimensões sociais (educação, saúde, políticas públicas, entre outras).

Por sua vez, o movimento sanitarista se distinguia pela atenção a doença (endemias) vista como obstáculo à civilização nacional. Para os sanitaristas, o povo brasileiro estava doente, padecendo pelo descuido dos governos. Contudo, por trás dessa ideia de doença, estava a de raça (SILVA, 2022).

O higienismo e o sanitarismo abriram espaço para o eugenismo, movimento que mobilizou parte considerável da intelectualidade médica nacional (mais não só) nas primeiras décadas do século XX propagando a ideia de que a miscigenação traria **degenerescência**.

A-Z

Degeneração

O termo ganha respaldo na medicina a partir dos escritos do médico alienista Benedict-Augustin Morel a partir do livro Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana e das causas que produzem essas variedades doentias (de 1857). Morel vinculou o conceito à patologia mental, destacando características da degenerescência e do degenerado, tais como: a transmissão hereditária; os estigmas físicos e morais “tamanho da cabeça, altura, cor dos cabelos e da pele, temperamento, fertilidade, capacidade intelectual, inclinações morais e controle dos instintos”. (SERPA, 2010, p. 451 apud SILVA, 2020, p. 104).



Saiba mais

“A ideia de degeneração é muito importante para se entender o debate sobre projeto nacional apresentado pelas elites nas primeiras décadas do século XX. O conceito foi debatido no âmbito da medicina mental e passou a servir de explicação para os “males sociais”. A ideia de controle dos indivíduos em prol do bem da nação engendrou o aparecimento de associações e instituições que cumpriram o papel de distinguir os ditos “normais” dos “anormais”. A preocupação da medicina social recaía, sobretudo, sobre o controle físico, moral e psíquico do povo (SILVA, 2020, p. 104).



O termo eugenia foi originado em 1883, pelo cientista, viajante, geógrafo e estatístico Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin. A palavra eugenia passa a ser associada a “bem-nascido” e foi pensada para “representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter uma desejada ‘melhor reprodução’” em termos da espécie humana (STEPAN, 2005, p. 09).

No Brasil o principal representante do pensamento eugênico foi o médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl. Ele foi quem articulou grande parte da intelectualidade nacional em prol da difusão de ideias e práticas eugênicas, já que entendia que o país corria o risco de degeneração devido à miscigenação.



Dica de leitura e aprofundamento

Para conhecer mais sobre o movimento eugênico na América Latina, indicamos:

DIWAN, P. S. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, R. A. dos. **Quem é bom, já nasce feito? Uma Leitura do Eugénismo de Renato Kehl (1917-37).** Revista Intellectus / Ano 04, Vol. II – 2005. ISSN 1676 – 7640.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP: raça, nação e branquitude na universidade.** Curitiba: Appris, 2020.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

Embora existam muitos mitos e ideias romantizadas que contribuíram para a construção da representação de que nosso processo de colonização tenha sido suave, a miscigenação foi inicialmente resultado de um processo de violência sexual contra mulheres indígenas e negras, não foi, portanto, consequência de relações consentidas. A opressão das mulheres negras escravizadas, trabalhadoras compulsórias, ia além do serviço prestado

às famílias, incluía atender aos desejos sexuais dos senhores e amamentar os filhos brancos das senhoras.

Essas falsas visões construídas sobre uma pretensa harmonia nas relações raciais no Brasil ajudaram a construir, décadas mais tarde, a ideia de que o país vivia sob uma “democracia racial”, conceito depois legitimado pelo livro “Casa Grande e Senzala” (1933), de Gilberto Freyre.

No âmago dessa violência, e estruturados por ela, temos a formação do povo brasileiro: um tipo muito particular e controverso, mestiço, mas nem por isso menos racista.

A miscigenação não reduziu o racismo. Na história de nosso país temos diversos exemplos de como nossa sociedade está estruturada pela dinâmica do racismo. A ideia de “defeito de cor” é indicativo de como a “raça” – uma construção social – alicerçou (e segue alicerçando) as desigualdades para justificar diferenças sociais e legitimar o projeto de genocídio da população negra.

1.5 O MESTIÇO: DE SUJEITO A SER BRANQUEADO A SÍMBOLO NACIONAL

Se, até o início do século XX, a questão identitária passava por uma negação da identidade negra, sendo o branqueamento um projeto político e uma **ideologia** amplamente aceita, a partir de 1930 essa história tomou novos rumos.

Como explica a socióloga Priscila Silva:

“A partir do deslocamento iniciado pelo Movimento Sanitarista, Freyre encontra caminho aberto para o desenvolvimento de outras teorias para explicação do Brasil. O negro, neste novo quadro, vai ganhar papel significativo. Sua cultura será entendida, por este autor, como o verdadeiro fator de colonização brasileira. Mas, para desmistificar a imagem do negro desenvolvida pelos intelectuais que o antecederam, Freyre construiu sua teoria sobre o Brasil a partir da “neutralização” dos três grupos étnicos aqui vigentes (branco,



Dica de livro

Você conhece o livro “**Um Defeito de Cor**” da escritora **Ana Maria Gonçalves**?

Trata-se de um romance histórico, ambientado no final do século XIX, que conta a história de Kehinde, mulher negra que foi escravizada e trazida para o Brasil e que passa grande parte de sua vida em busca de seu filho.

O livro nos ajuda a ter uma ideia do que foi esse período para o povo negro escravizado, além de apresentar estratégias que eram utilizadas pela população negra escravizada para manter suas identidades a despeito do sistema escravocrata.

A-Z

Ideologia

Sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos, sejam econômicos (Fonte: Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa)

negro e indígena). Era preciso apagar do imaginário social da época a relação já naturalizada entre raças e inferioridade. Desta forma, o índio é transformado num ser rebelde; nos negros é evidenciada sua contribuição cultural como constituinte daquilo que nos fazia brasileiros; já os brancos (o português) eram entendidos como o agente aventureiro que, por sua plasticidade e miscibilidade (visto que já era um povo miscigenado), conseguiu equacionar de maneira positiva os elementos da cultura trazida pelos negros africanos e os obstáculos do clima tropical.

[...]

Uma vez criadas estas novas “identidades”, era possível (re)construir, de maneira positiva, a história das três matrizes étnicas presentes no Brasil. É neste contexto que a obra *Casa Grande & Senzala*, escrita por Freyre em 1933, desenhou um novo caminho para a inserção do Brasil na modernidade ao propor um deslocamento na perspectiva pessimista que as teses racialistas engendravam.” (SILVA, 2008, p. 56-57).

Entramos na Era Vargas, período que vai de 1930 a 1945, em que o país foi governado por Getúlio Vargas. Naquele momento, o nacionalismo e o **autoritarismo** se tornaram elementos fundamentais na configuração política então observada. O projeto de nação desse período passava pela invenção de uma brasilidade, ou seja, procurava-se definir o que significava ser brasileiro, para além dos grupos raciais. Buscava-se, pois, uma identidade comum que nos caracterizasse enquanto povo. Para tanto, era necessário positivar e ressignificar a construção étnica brasileira e apaziguar, ainda que discursivamente, as contradições sociais dela decorrentes. Como nos explica Priscila Silva (2008), com Freyre tem-se a ideia de que o país vivenciava um sentimento de relações sociais harmônicas, o que foi compreendido como “democracia racial”, conceito que passou a ser utilizado por Freyre a partir da década de 1950 (GUIMARÃES, 2002).



DICA DE APROFUNDAMENTO

Conheça mais sobre o impacto da obra de Gilberto Freyre e a construção do imaginário de nossa sociedade acessando o seguinte estudo:

SILVA, P. E. da. **Professor Negro universitário**: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados. 220 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008. Acesso em: <https://tinyurl.com/4xp5xzzv>

A obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), foi a base acadêmica legitimadora desse movimento. Na referida obra, que viria a moldar a imagem do Brasil mundo afora, Freyre destacou a figura do “mulato”, ressaltando que “não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos” (FREYRE, 1992, p.52). Freyre considerou essa suposta ausência de barreiras à ascensão do “mulato” como um indício também da ausência de racismo em nossa sociedade, tomando como contraponto, quase sempre, os Estados Unidos, país em que havia um conjunto de leis que regulava os contatos entre negros e brancos, limitando a mobilidade social dos primeiros.

Tendo uma penetração profunda no imaginário brasileiro, a ideia de democracia racial exalta a convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnico-raciais. Os episódios de discriminação e preconceito raciais relatados, à época, eram tratados como expressões individuais de despreço por pessoas negras e representavam, segundo Freyre, a adoção de uma lógica racial estrangeira, baseada no conflito. Lógica essa que estava supostamente alheia ao modo como nós, brasileiros, convivíamos com as diferenças raciais.

A-Z

Autoritarismo

É o regime político em que o poder é exercido por um indivíduo ou segmento social, de forma a dispensar e atropelar as regras democráticas. No autoritarismo, as garantias individuais são suspensas. A imprensa é censurada e, em alguns casos, as constituições são reescritas ao sabor dos detentores do poder. (In: Vade Mecum. <https://vademecumbrasil.com.br/vade-mecum-online>)



Ao relegar o debate sobre racismo às interações cotidianas e à ausência de aparato jurídico que normatizasse as relações entre brancos e negros, Freyre lançou as bases para equívocos até hoje presenciados em nossa sociedade, que condena expressões de racismo nas falas e atitudes de seus cidadãos, mas silencia a respeito das desigualdades raciais e das estratégias políticas necessárias para superá-las. Tal postura permitiu a parcela das elites dominantes dissimularem as desigualdades e, por conseguinte, impediram durante muito tempo que sujeitos negros se conscientizassem acerca de suas próprias identidades culturais e dos específicos processos de exclusão que sofriam.

A crença na democracia racial foi estruturante do sentimento de nacionalidade brasileiro.



Figura 3. Arte de Cícero Dias, artista modernista, baseado no esboço de Gilberto Freyre e publicado em forma de poster na edição do livro Casa-Grande & Senzala (Freyre, 1933). Fonte: <https://encurtador.com.br/gsvy9>

Importante destacar que essas reconfigurações fazem parte também de um projeto modernista, alavancado pelos grupos em torno da Semana de Arte Moderna de 1922. O **movimento modernista** gerou novas imagens do Brasil, valorizando e positivando a miscigenação do povo brasileiro, o que abriu caminho para a interpretação de Freyre.

Bom exemplo é a tela “O Mestiço”, de Candido Portinari (1934).

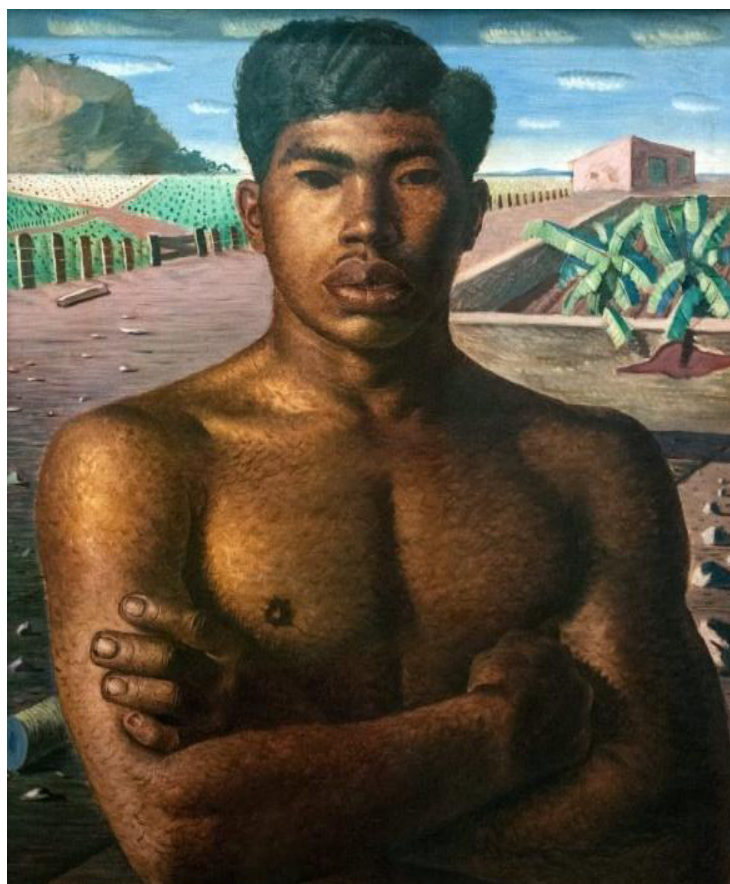


Figura 4. Mestiço, 1934 – Candido Portinari. Fonte: <https://encurtador.com.br/atly2>

Enquanto muitos atribuíam a causa do atraso e das mazelas do país à mestiçagem racial, o Portinari a tratava como o traço definidor do verdadeiro caráter nacional. Característica marcante de

A-Z

Movimento modernista

O Modernismo surgiu com uma série de movimentos culturais que tinham por objetivo romper com o tradicionalismo de escolas artísticas anteriores. O início do século XX foi marcado por movimentos que transformaram a maneira de fazer arte e literatura. O Modernismo trouxe à tona a necessidade de adaptar as novas produções artísticas à realidade da época. Porém, para além de uma escola artística, o modernismo se caracteriza como um movimento cultural, compreendendo, em parte, tanto a questão da renovação estética quanto a da identidade nacional. Tratar o modernismo brasileiro como movimento cultural implica discuti-lo como um modo de ação coletiva, ao menos inicialmente, fracamente institucionalizado, mas que, ao buscar produzir mudanças de ordem cultural no conjunto da sociedade, se vê constringido a interagir de modo conflituoso e colaborativo com o Estado. (BOTELHO. A. 2020. O modernismo como movimento cultural: uma sociologia política da cultura. p.2).

todo o modernismo que rivalizava frontalmente com as representações eugênicas ainda vigentes, que atribuíam ao mestiço as razões de nosso atraso social.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, da persistência do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul; do surgimento da Guerra Fria e do processo de descolonização africana e asiática, a temática racial passa a ser observada mundialmente. A “Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é criada com uma perspectiva igualitária e universalista, estimulando a produção de conhecimento científico a respeito do racismo com o fim de promover a superação deste fenômeno” (SILVA, 2008, p. 60). O Brasil passa a ser estudado, tendo em vista se apresentar como um país que vivenciava a democracia racial.

Ao contrário do que se pregava, os estudos demonstraram haver preconceito racial em nossa sociedade. Florestan Fernandes, como um dos pesquisadores, identificou que o preconceito racial não estava na esfera privada – como sugeria Gilberto Freyre –, mas na própria estrutura da sociedade.

Ao ver a democracia racial como mito, Florestan Fernandes entende que esta possuiria a função precisa de dificultar a própria modificação do padrão tradicional brasileiro de relações raciais [marcada pela hierarquia racial]. Funcionaria como um dispositivo para que o problema racial não fosse visto de frente. (SILVA, 2008, p. 61)

Em seu estudo *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965)*, Florestan desmonta a imagem do Brasil como uma democracia racial, evidenciando o fenômeno e demonstrando seus efeitos.

É importante ressaltarmos que para a construção da identidade nacional e, conseqüentemente da identidade dos brasileiros, contribuiu não só a interpretação dos intelectuais, mas também ações concretas do Estado por meio de incentivos nas áreas da cultura, da educação, dentre outras.

Segundo Silva e Carvalho (2016, p.98), nas primeiras décadas do século 20, o Estado teve papel ativo, recorrendo a aspectos da

cultura popular e, naquele momento, a práticas e expressões culturais diretamente ligadas à “cultura negra”, que passaram a ser incorporadas à cultura nacional pelo discurso e ações estatais. Atividades até então criminalizadas, como o samba e a capoeira, adquiriram *status* de símbolos da nação. Essas expressões culturais pertencentes ao povo negro foram “expropriadas”, “dominadas” e convertidas em símbolos nacionais” (MUNANGA, 2004).



Atenção!

A noção de *culturas afro-diaspóricas* nos auxilia a compreender o lugar e produção dessas expressões culturais, em que a noção de diáspora traz um significado relacionado tanto à dispersão de pessoas, quanto de tradições, culturas, línguas e cosmologias.

Esse processo de ascensão de manifestações culturais afro-diaspóricas, em símbolos de nossa nacionalidade, não se deu sem contradições, e nesse ponto é muito importante percebermos que, mais do que uma aceitação ou pretensa valorização dessas expressões, temos configurado um ambiente de disciplinarização e apropriação dessas práticas. Como exemplo, podemos citar o caso da própria capoeira, que viu sua prática adentrar às academias de educação física, transformar-se em método na busca de sua “domesticação”, porém não deixando de ser perseguida quando praticada nas ruas por pessoas negras. Nesse sentido, as expressões culturais afrodescendentes se recriaram nas diferentes regiões brasileiras, em diálogo constante com povos indígenas e europeus, a partir de elementos culturais e significados simbólicos redefinidos em função da experiência escravista e das novas relações de sociabilidade. Cabe ressaltar, também, que estas mesmas comunidades e coletivos, ao mesmo tempo em que possuem algumas de suas práticas reconhecidas como símbolos da nação brasileira, ainda assim, seguem enfrentando situações recorrentes de violência e racismo, perseguição e opressão, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico, pela agência do próprio Estado.



Para exercitar o aprendizado

Vamos refletir e sedimentar o conhecimento que obtivemos até aqui?

Escute a música sugerida abaixo, leia e acompanhe a letra que Elza Soares compôs e interpreta. Depois, analise o conteúdo da canção a partir do que foi discutido neste capítulo, refletindo sobre a herança que os discursos e práticas raciais impuseram ao povo preto no Brasil.



Figura 5. Elza Soares. Fonte: <https://encurtador.com.br/ABNPV>

Elza Soares

(cantora que foi também um dos maiores símbolos da luta contra a opressão e o racismo no Brasil).

A Carne

A carne mais barata do mercado

É a carne negra

Tá ligado que não é fácil, né, mano?

Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Só-só cego não vê

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

E vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Dizem por aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço, meu irmão

O cabra que não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

E o vingador eleito

Mas muito bem intencionado

E esse país vai deixando todo mundo preto

E o cabelo esticado

Mas mesmo assim ainda guarda o direito

De algum antepassado da cor

Brigar sutilmente por respeito

Brigar bravamente por respeito

Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)

De algum antepassado da cor

Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar

Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Na cara dura, só cego que não vê

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Na cara dura, só cego que não vê

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano

Negra, negra

Carne negra

É mano, pode acreditar

A carne negra



Expectativa de aprendizado

Nesta reflexão, pretende-se que o estudante aponte, a partir da elaboração de um texto, a relação entre os corpos negros, trazida pela canção, e as raízes históricas da formação de nosso país marcadas por teorias raciais provindas de um arcabouço biológico, de uma produção acadêmico-científica e de políticas governamentais que excluíram a população negra da cidadania.



CAPÍTULO 2

IDENTIDADES CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE NEGRITUDES



IDENTIDADES CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE NEGRITUDES

2.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, você conheceu um panorama sobre teorias raciais que alicerçaram a construção do imaginário social sobre o povo brasileiro. Esse conhecimento nos ajuda a melhor compreender como lidamos, enquanto sociedade, com a diversidade que compõe nossa identidade nacional, o que, por sua vez, também implica em nossa percepção sobre a nossa identidade individual e a coletiva.

De posse desse conhecimento, você terá oportunidade de entender, neste capítulo, um pouco melhor alguns aspectos da dimensão individual da identidade. Num país com o histórico racial que temos, a construção de uma identidade negra afirmativa é um processo que requer consciência histórica, social e política. Veremos que pessoas brancas têm muito a contribuir com esse processo.

2.2 TORNAR-SE NEGRO

O psiquiatra antilhano Franz Fanon (1925-1961) analisou os tristes reflexos do ideal de branqueamento na constituição da identidade negra. O autor, ao estudar comportamento comum manifestado por uma parcela da população negra, concluiu que, com frequência, negros(as) constroem uma autopercepção depreciada, bem como o desejo pelo embranquecimento,



Figura 6. Ofício das Baianas de Acarajé. Reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2005. Fonte: IPHAN.

aspectos que indicariam a assimilação da inferioridade imposta pelo racismo. Fanon analisa tal inferioridade assimilada por negros(as) numa perspectiva estrutural, tratando-a como consequência própria da exclusão e da violência extremas vivenciadas por eles(as).

Nas palavras de Raisa Pina (2019, p. 23), “de tanto ouvir que se é inferior e de tanto viver a inferioridade imposta por gerações, durante muito tempo – e ainda hoje – parte da população negra só enxerga um destino possível de felicidade, e ele é branco”.

A maneira como o racismo se manifesta não se limita às interações com brancos. A estereotipia negativa construída a respeito do negro, ou o que podemos chamar de “**estigma**”, face à sua inferiorização, provocou um fenômeno particular em que o próprio negro vestiu uma “máscara branca”, buscando assemelhar-se aos considerados superiores. Para isso, alguns negaram seus traços físicos, por meio do alisamento dos cabelos, do uso dos símbolos do mundo branco, ou mesmo, utilizando a ascensão social como sinônimo de ascensão para branco (FANON, 2008). Ainda assim, mesmo recorrendo a tais estratégias, o negro sempre foi e sempre será socialmente considerado como negro.

A-Z

Estigma

A palavra estigma vem do grego *stigma*, que significa picada, marca feita com ferro em brasa, sinal, tatuagem. Na Grécia Antiga, estigma era uma marca distintiva queimada ou cortada na pele de escravos ou criminosos para que os outros pudessem saber que eram membros inferiores da sociedade. Por derivação, estigma é forma de construção social para indicar a marca distintiva de desgraça social. Trata-se da diferenciação negativa relacionada a alguns membros da sociedade que são afetados por alguma condição ou estado particular, envolvendo dois componentes fundamentais: o reconhecimento da “marca” que diferencia e a subsequente desvalorização daquele que a porta. Acarreta atitude preconceituosa e práticas discriminatórias. (Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa)

Grande parte da população de nosso país ainda observa o negro a partir do processo de escravização, não havendo outra imagem de referência senão aquela forjada no período colonial. Essa imagem, trazida para os nossos dias, fez com que parcela de nosso povo tivesse dificuldade de olhar para suas identidades culturais reconhecendo a força e a determinação que elas trazem. Reconhecer e valorizar os traços físicos e culturais são pressupostos para a construção da identidade negra afirmativa.

Por força do processo de branqueamento e negação das culturas de matriz africana e afro-brasileiras, parte considerável da população negra tem dificuldade em construir e lidar com sua identidade. Lidar cotidianamente com o racismo tem impactos profundos à construção da subjetividade, sobretudo da população negra. Como já demonstrou a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, “tornar-se negro” é um processo, uma construção que implica posicionamento político e consciência histórica para romper as amarras eurocêntricas que formam e informam nossa sociedade e, assim, conseguir reunir as condições psíquicas necessárias para autoafirmar-se como negro e negra.

Em um movimento contrário, ao vestir sua pele preta e tirar a máscara branca, pretos e pretas buscam uma retomada de si, de sua afirmação cultural, na compreensão de que somos sujeitos de nossas histórias. Nesse processo de retomada identitária, temos a construção de nossas negritudes e do que poderíamos chamar de uma “identidade afro-brasileira”.

Desde a época da escravidão, sempre houve resistências negras à depreciação, a exemplo dos abolicionistas negros, como André Rebouças e Luiz Gama, da imprensa negra, surgida ainda no século XIX, e do teatro experimental do negro, criado na década de 1920.

Mas, somente a partir da década de 1970, em contraponto ao uso da raça numa perspectiva determinista biológica, dentre a população negra, emergiram movimentos artísticos, culturais e, sobretudo, políticos, cujo objetivo era combater o racismo e ressignificar a identidade negra.



Saiba mais

Estereótipo: opinião preconcebida, difundida entre os elementos de uma coletividade; conceito muito próximo de preconceito. Sant’Ana define estereótipo como: “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas.” (2004, p.57 apud Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 218)

Tenha acesso a um glossário de termos e expressões antirracistas em:

http://portal.mec.gov.br/dm-documents/orientacoes_etnicoraciais.pdf

Dica de aprofundamento

Conheça um pouco mais o pensamento da psicanalista Neusa Santos Souza e a experiência de Mãe Menininha de Oxum sobre cuidados com a saúde mental e espiritual da população negra no Brasil. Acesse essa entrevista histórica dada ao Programa Espelho, com Lázaro Ramos e Sandra Almada, clicando em: <https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o>



Figura 7. Teatro Experimental do Negro foi uma grande revolução cultural e social no Brasil. Imagem: Reprodução. Fonte: <https://encurtador.com.br/eLMPO>

Os movimentos sociais negros passaram a reivindicar o uso do termo “raça” para si. Racializar o discurso adquiriu um caráter de resistência, afirmação e valorização identitárias. A ordem foi politizar o conceito, fazendo com que as desigualdades raciais brasileiras fossem efetivamente reconhecidas e o conceito de raça, então, ressignificado.

Reconhecer-se negro, tendo a raça como uma variante central para pensar a construção de identidades, passa a ser algo importante para esses movimentos e um momento importante para tornar-se negro*, não mais a figura inferior das teorias de outrora, tampouco o elemento social fadado ao desaparecimento, dada a miscigenação. Das resistências emergiram novas representações sobre negritude que revelam a potência cultural e política da população negra brasileira.

De acordo com Florestan Fernandes (2007 [1972], p.40), há um esforço persistente e difícil nessa redefinição histórica e social do negro no Brasil, ao deixar o lugar de escravizado, passando a trabalhador livre ainda em busca de sua cidadania. O mesmo autor afirma que “há quem pense que o negro luta por privilégios através desses movimentos. Mas isso não é verdade: ele luta contra os privilégios”.

Assim, ao falar de identidade negra, não se está a diminuir o peso da estrutura e das instituições na configuração da negritude. Pelo contrário, a identidade negra não é apenas o reconhecimento de si, mas um processo de luta por igualdade de oportunidades e direitos sociais, desde os mais básicos. Não há, portanto, um esvaziamento de questões baseadas em classe social e gênero, tampouco se considera a cultura em contraposição às questões materiais. No processo de construção da identidade negra, constrói-se também o negro como ator político, figura indissociável da busca por nossa ancestralidade negra.



Saiba mais

ANCESTRALIDADE: “para os povos africanos e seus descendentes, a ancestralidade ocupa um lugar especial, tendo posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória, ao contínuo civilizatório africano que chegou aos dias atuais irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da comunidade. A ancestralidade redefine a alegria de partilhar um espaço rodeado de práticas civilizatórias e o viver de nossos antepassados, conduzindo para um processo de mudanças e enriquecimento individual e coletivo em que o sentimento e a paixão estão sintonizados com o ser e o comportamento das pessoas (SOUZA, 2003). A ancestralidade remete aos mortos veneráveis, sejam os da família extensa, da aldeia, do quilombo, da cidade, do reino ou império, e às forças cósmicas que governam o universo, a natureza.” (Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 216). Conferir em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf



* Referência ao título do livro de Neusa Santos Tornar-se negro (publicado em 1983).

2.3 A IDENTIDADE CULTURAL E A QUESTÃO NEGRA

Você já parou para pensar de que modo as pessoas negras no Brasil constroem suas negritudes, por quais referências e diante



de quais quadros sociais e imagéticos? Como vimos no capítulo anterior, durante muito tempo, e ainda hoje, nossas identidades são lidas e relacionadas a partir de uma falsa ideia de subordinação, vitimização e, até mesmo, demonização de nossas práticas culturais ancestrais.

Importante considerarmos nessa equação das construções identitárias negras, outro dado muito relevante, o fato de que as identidades destes novos sujeitos pretos são forjadas no mundo pós-colonial, sendo identidades marcadas pelos processos da diáspora. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se, através da transformação e da diferença (HALL, 1996). O processo diaspórico vivido por africanos ao longo de séculos de colonização nos faz refletir sobre os modos de reconstrução de nossos pertencimentos, nos modos pelos quais concebemos e imaginamos nossas identidades, em situações extremas de desterritorialização material e simbólica.

Seguimos com Stuart Hall (1996, p. 75) para quem:

[...] a experiência da diáspora (...) não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização.

O continente africano exerce o arcabouço simbólico e material para alicerçarmos nossas referências identitárias. Esse encontro com as tradições africanas motiva a constituição de uma identidade afro-brasileira, através de movimentos políticos, culturais e artísticos, nos quais ocorre o fenômeno da tradução cultural. Não se trata de um movimento em busca de uma África concreta, mas de pontos de referências. É a África como metáfora na constituição de nossa afro-brasilidade, como uma baliza que nos ancora e referencia.

LIGANDO OS PONTOS!

O adjetivo pós-colonial refere-se a uma reescrita da história a partir de uma perspectiva não europeia, que geralmente valoriza o ocidente. Desloca-se, portanto, o interesse para as experiências africanas, ameríndias e asiáticas como forma de romper com as fronteiras culturais forjadas pela dominação colonial.

Já a ideia de hibridação é vista como uma das principais armas do colonialismo, pelo fato desta representar uma compreensão mútua entre as diferentes culturas hoje interligadas nas nossas sociedades pós-coloniais globais. São as tessituras das redes de relacionamentos, os lugares e as instâncias que, à medida que fundem as suas experiências, geram novas produções e reproduções de si mesmos, como no caso da construção de uma identidade afro-brasileira, neste caso entendida como parte desse processo de hibridação.



Figura 8. Retratos de negros e negras em Pernambuco feitos por volta de 1870 pelo fotógrafo de origem germânica Alberto Henschel. Fonte: <https://tinyurl.com/4k2x3dax>

Foram muitas as Áfricas presentes em solo brasileiro, assim como hoje são muitas as vias de construção de nossas negritudes. Nos retratos de negros e negras que apresentamos aqui, podemos observar traços que compõem essas diferenças, seja nos modos de vestir, nas formas e usos do turbante, nos tipos de cabelos e mesmo nos tons negros das peles, diferenças estas que durante muito tempo se buscou apagar, diluindo-se o ser negro num único tipo. Pluralidade, hibridismo marcam nossas identidades culturais e marcam as lutas e as relações de poder nesses territórios produzidos a partir da diáspora.

Entendendo o processo de construção da identidade cultural como essa tomada de consciência do que nos liga e nos separa, de nossas **alteridades**, das diferenças entre “nós” e “outros”, percebemos também que essa negritude não se faz de maneira uniforme e equilibrada entre todo povo negro. A apropriação de nossas identidades significa construção de laços, formação de irmandades e aquilombamentos, que se traduz por modos específicos de estar juntos, criar resistências e engajamentos necessários para reabilitarmos nossos valores civilizacionais ancestrais e de nossas histórias e culturas negadas secularmente.

2.4 QUEM É NEGRO NO BRASIL?

Diante das tantas reformulações em torno do projeto de nação e brasilidade em nosso país, discutidas no capítulo anterior, é possível indagar: afinal, quem é negro no Brasil? Aqui, torna-se importante olharmos para os dados estatísticos, destacando o fato de que para fins de estudos demográficos, no Brasil, a atual classificação racial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é referência.

Tal classificação tem a autodeclaração como diretriz. Ou seja, a pessoa escolhe, dentre um rol de cinco alternativas de cor/raça (branca, preta, parda, amarela e indígena) com qual delas se identifica. Como toda classificação racial é arbitrária e enseja reservas, a do IBGE não foge à regra, pois possui limitações desde o século XIX, quando o “quesito cor” foi coletado pela

primeira vez. Todavia, “os dados coletados pelo IBGE, ao reunir informações em âmbito nacional, são extremamente úteis, pois apresentam grande unidade, o que permite o estabelecimento de um padrão confiável de comparação” (OLIVEIRA, 2004).

Ao realizar o cruzamento do dado raça/cor com outros dados relacionados às dimensões socioeconômicas, podemos visualizar, de forma mais concreta, a questão que seguimos trabalhando nesse texto relacionada às desigualdades raciais.

Apesar de a população preta e parda ser maioria no Brasil (55,8%), em 2018, esse grupo representou apenas 27,7% dos 10% com os maiores rendimentos. No tocante à pobreza monetária, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza (propostas pelo Banco Mundial) foi mais que o dobro da proporção verificada entre as brancas: em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 15,4%, e entre as pretas ou pardas, 32,9%.

A-Z

Alteridade

Trata-se de um conceito filosófico, conforme definição do Dicionário Houaiss: «substantivo feminino 1 natureza ou condição do que é outro, do que é distinto; 2 Rubrica: filosofia. Situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença. (In: Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa)



Figura 9. Indicadores socioeconômicos para população negra no Brasil

No que diz respeito às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia e saneamento básico. Em relação à distribuição espacial, dados do IBGE de 2018, verificou que em São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de

uma pessoa preta ou parda residir em áreas de “ocupação irregular” era mais que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças.*

Desta pequena mostra de alguns poucos dados estatísticos podemos concluir que raça e as condições socioeconômicas são variáveis de uma mesma realidade que passa pela desigualdade e exclusão social de pessoas negras. Segundo Munanga (1990, p.116).

[...] os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica e não racista, não fazem um esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação econômica.

É importante que façamos essa reflexão: analisar os impactos do racismo em todas as esferas sociais. Como se observa, no Brasil, a maioria da população negra ainda se encontra em situação de vulnerabilidade social. O que, novamente, coloca em questão a ideia de que há uma “democracia racial” em nosso país, tendo em vista que os direitos básicos não são democratizados. Para mudar esse quadro é necessário a ação daqueles e daquelas que estão em situação de vantagem social pelo fato de, ainda, a raça estruturar nossas relações. Na próxima seção vamos conversar sobre o papel das pessoas brancas no enfrentamento do racismo e da exclusão social.

2.5 BRANQUITUDE E O LUGAR DOS BRANCOS NA LUTA ANTIRRACISTA

Nas histórias que vimos reconstruindo desde o capítulo anterior, é possível perceber que a raça não se relaciona especificamente às pessoas negras, tampouco fora um conceito inventado por


elas. Como visto, a ideia de raça tem data e local de emergência: surge durante a dominação colonial europeia, como interpretação da diversidade humana a partir de uma nova lógica de mundo que atribuía as desigualdades entre grupos humanos a questões de ordem natural. Dito de outro modo, as hierarquias raciais foram usadas inicialmente como justificativa para a escravização e violação de direitos de grupos considerados menos humanos, porque racialmente inferiores.

Essa forma de compreender as relações coloniais permite entrever uma primeira identidade racial, surgida antes de todas as demais. Se você, leitor(a), ainda não sabe de que identidade estamos tratando, esse é um indicativo de suas principais características: invisibilidade e neutralidade, pois pouco discutimos sobre ela em nossas relações cotidianas!

Quando falamos em inferioridade, estamos fazendo uma comparação, que se dá numa escala que tem no elemento superior seu principal contraponto. Assim, para ser possível definir grupos raciais inferiores, houve um grupo que definiu a si mesmo como contraponto, tornando-se a régua, o padrão utilizado para medir os diferentes (STEYN, 2004), trata-se do grupo branco.

A primeira identidade racial de que temos notícia historicamente é a branquitude. Não se trata do oposto à negritude, muito pelo contrário, é a partir da construção da ideia de superioridade branca que os demais grupos são compulsoriamente tratados como negros, indígenas, asiáticos. Até aquele momento da história, havia malês, nagôs, iorubas, tupi-guaranis, guajajaras, bororos... Ou seja, antes da dominação colonial, não existiam negros e índios, como os povos africanos e indígenas foram tratados pelos colonizadores europeus. Existiam povos que se autodesignavam a partir de marcadores culturais, territoriais, de parentesco, dentre outros (ALVES, 2020).

Inicialmente, homens e mulheres de origem africana resistiram ao violento processo de imposição de novas identidades, buscando, em seu passado, formas de afirmarem sua existência para além da dominação colonial. A essas estratégias, os coloniza-


* Condições inadequadas de saneamento básico estão entre as causas subjacentes e evitáveis de mortalidade infantil, ver em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

dores interpuseram uma série de obstáculos que não caberia enumerar neste texto, dentre os quais estavam a mudança de nomes próprios, que designavam linhagem familiar, a separação de grupos vindos de uma mesma região quando do desembarque no “novo mundo”, o controle ao cultivo de costumes da terra ancestral, como a proibição de rituais religiosos que lembrassem formas coletivas de identificação de propósitos e narrativas.

Tendo em vista a violência do processo, para os descendentes desses primeiros escravizados e escravizadas, foi (e ainda é) muito difícil saber exatamente de qual região seus ancestrais vieram, de que redes de parentesco são fruto. Após a diáspora africana, assumimos, do lado de cá do Oceano Atlântico, a designação de negros, já que nos foi tirada a possibilidade de nos definirmos como malês, nagôs, iorubas...

Construímos, portanto, nossa negritude, palavra que resume a resistência negra frente à branquitude. Desse modo, todas as identidades raciais decorrentes dos processos de colonização têm uma mesma raiz: são respostas à branquitude, formas de resistir ao racismo. Por essa impossibilidade de tecer paralelos entre branquitude e negritude é que alguns teóricos e teóricas das relações raciais a denominam também como branquidade, marcando, inclusive linguisticamente, tal distanciamento entre identidade opressora e identidades de resistência.

Em linhas gerais, branquitude é uma identidade sócio-histórica baseada na falácia de que o poder bélico dos europeus e a dominação colonial possibilitada por ele são expressões de superioridade branca. Não raro, ouvimos comentários sobre a grande evolução das culturas europeias frente ao atraso das nações africanas, uma das ideias que provém de tal crença.

Poucos, no entanto, se manifestam em relação ao papel da Europa no processo de expropriação de saberes, riquezas, arte dos povos escravizados. Tampouco se enfatiza o papel desempenhado pelas antigas colônias nos conflitos civis de alguns países da África, por exemplo. O suposto esquecimento pode ser interpretado a partir da neutralidade atribuída à branquitude, traço que permite que

problemas de ordem da política racial, de ontem e de hoje, sejam interpretados como problemas dos negros ou dos indígenas.

Para nós, falar em identidade racial é, portanto, falar de relações raciais. Por exemplo, os dados socioeconômicos que apresentamos acima podem ser lidos de outra forma: brancos são mais ricos que negros, brancos acessam direitos básicos de forma privilegiada em comparação com negros, enfim, é possível ler os mesmos dados sob a ótica do privilégio branco.

Vocês devem estar pensando a respeito de como o acesso ao saneamento básico, aos níveis mais altos de escolarização, a melhores salários poderia configurar privilégio? Numa sociedade em que direitos são desigualmente distribuídos, acessá-los configura um privilégio, às vezes de poucos, como é o caso da escolarização.

Outros exemplos são a possibilidade de não ser identificado como suspeito apenas por usar um boné ou capuz; ser menos abordado por policiais; não precisar pensar se a cor da sua pele ou a textura de seu cabelo irão interferir no recrutamento para uma vaga de emprego, dadas as crenças do(a) recrutador(a); poder abrir a bolsa no mercado sem que seguranças do estabelecimento achem que você está roubando algo; viajar sem se preocupar se sua cor de pele vai lhe causar constrangimentos, enfim, a lista seria muito grande para os propósitos deste caderno.

Reconhecer os próprios privilégios, perceber que mesmo não sendo racista é possível beneficiar-se do racismo ou mesmo atentar para o fato de que deixar de falar sobre o assunto é, de alguma forma, compactuar com o racismo estrutural são os primeiros passos da jornada para o engajamento de pessoas brancas na luta antirracista.

Alguns estudos das relações raciais brasileiras, ao tratarem do sujeito branco, revelam uma espécie de acordo silenciado entre brancos expresso pela postura de não falar sobre o racismo. Postura que, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades raciais, direciona para o negro, unicamente, a responsabilidade por combatê-las.



Figura 10. Ilustração Estevão Ribeiro. Fonte: The Intercept.

A perversidade de não assumir suas responsabilidades na manutenção e reprodução de um sistema racista é, novamente, expressão da invisibilidade e neutralidade, que reforça o privilégio, num círculo vicioso que só começa a desfazer-se a partir do engajamento branco no combate ao racismo. Enunciar o racismo pressupõe reconhecer o privilégio e, conseqüentemente, enxergar na brancura a norma, pressupõe autocrítica. Para a pesquisadora Ana Maria G. Nascimento (2019, p.13), sobre a branquitude:

Parece ser imprescindível quebrá-la e, quem sabe, rasgar-se um pouco nos estilhaços espalhados, mas tão invisíveis e neutros da brancura. Quando Frantz Fanon, Guerreiro Ramos e outros patologizam a brancura, apontam categoricamente para o fato de que não há neutralidade na relação branco/não branco – colorido/sem cor. Mostram, por fim, que não há um fator externo (herança escravagista, classe, determinismo biológico) que possa minimamente explicar as diferenças e as desigualdades estabelecidas entre esses grupos, que não a construção de um modelo normativo idealizado, que subjuga tudo que se apresenta como diverso, distorcendo o outro em ruim, feio, incapaz, perverso.

Há, assim, uma dissimulação generalizada, que garante a manutenção de privilégios de forma conveniente ao discurso de

isenção. Certamente, incluir o branco nos estudos das relações raciais não é fator suficiente para a derrocada do racismo à brasileira. Hegemonicamente, mantém-se o pensamento de inexistência da desigualdade social tendo como fator causal a raça e tudo que se inclui na definição desse termo. No entanto, para que possamos superar o racismo, torna-se fundamental a mudança de cenário, e a inserção do branco no palco das relações raciais e, mais além, como protagonista na manutenção destas desigualdades e, conseqüentemente de seus privilégios.

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, essa célebre frase da filósofa americana Angela Davis ganhou as redes sociais no país e mundo afora, trazendo a reflexão para o engajamento amplo e coletivo para com o problema do racismo.

MAS QUAL A FINALIDADE DE RESSALTAR A LUTA ANTIRRACISTA COMO LUTA DE TODOS(AS)? JUSTAMENTE PORQUE O SISTEMA OPRESSOR NO QUAL VIVEMOS É ESTRUTURAL. PORTANTO, A LUTA NÃO SERIA APENAS DE PESSOAS NEGRAS, O QUE EXIGE O ESFORÇO DE TODA A SOCIEDADE.

Na estrutura social do Brasil, essa tomada de posicionamento torna-se urgente. E uma das principais formas disso acontecer é por meio da Educação, com a construção de uma educação antirracista. Infelizmente, ainda hoje, em sala de aula, a questão sobre raça é debatida relacionando-se exclusivamente à negritude, como se apenas os negros e negras sofressem influências decorrentes dos assuntos relacionados à raça. Assim, a branqui-

tude é tratada como um tema neutro e os brancos e brancas não teriam muito o que acrescentar ou pensar sobre.

O antirracismo é dever de todas as pessoas comprometidas em contribuir para uma sociedade em que realmente possamos vivenciar, indiferente de características físicas e/ou culturais, a humanidade com plenitude, isto é, poder ser quem se é, construir uma identidade afirmativa desde a infância.



Para exercitar o aprendizado

Analise a tirinha abaixo e, à luz do que discutimos neste capítulo, desenvolva um texto relacionando a obra ao tema do “mito da democracia racial”.



Figura 11. Armandinho e Camilo. Autor: cartunista catarinense Alexandre Beck



Expectativa de aprendizado

Neste exercício torna-se importante refletir sobre as particularidades do racismo no Brasil, suas nuances frente às diferenças sociais que a condição de cor nos impõe. O/A estudante pode pensar em exemplos cotidianos de violências sofridas pela população negra, situações de exclusão e falta de cidadania, analisando a forma em que a ideia de harmonia nas relações raciais são questionáveis no cotidiano das relações sociais bem como o lugar das pessoas brancas diante do fenômeno do racismo.



CAPÍTULO 3
ESTÉTICAS, CORPO E
POLÍTICA: MOVIMENTOS
CONTEMPORÂNEOS DE
IDENTITARISMOS NEGROS

ESTÉTICAS, CORPO E POLÍTICA: MOVIMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE IDENTITARISMOS NEGROS

3.1 INTRODUÇÃO

Meu verso é livre, ninguém me cancela
Tipo Mandela saindo da cela
Minhas linha voando cheia de cerol
E dá dó das cabeça quando rela nela
Partiu para o baile, fugiu da balela
Batemos tambores, eles panela
Roubamos a cena, não tem canivete
As patty derrete que nem muçarela
Quente que nem a chapinha no crespo
Não, crespos estão se armando
Faço questão de botar no meu texto
Que pretas e pretos estão se amando
Quente que nem o conhaque no copo
Sim, pro santo tamo derrubando
Aquele orgulho que já foi roubado
Na bola de meia vai recuperando
Vários homem bomba pela quebrada
Tentando ser certo na linha errada
Vários homem bomba, Bumbum Granada
Se tem permissão, tamo dando sarrada

(Ponta de Lança – Canção de Rincon Sapiência)

Até aqui, discutimos a construção da negritude e as profundezas envolvidas nos processos de autoidentificação e valorização das identidades culturais de pessoas negras, diante de uma sociedade marcada pelo racismo.

Neste capítulo, enfocamos o corpo negro e seu papel como expressão e suporte simbólico no processo de construção identitária. O corpo é aqui considerado para além da perspectiva biológica, por isso preferimos usar o conceito de corporeidade, considerando-o como afirmação estética e política de determinados características físicas e exclusão de outras.

Pensar sobre as dimensões corpóreas, estéticas e identitárias nos ajuda a refletir sobre a complexidade, as ambiguidades e os conflitos em torno da identidade negra. Como na música de Rincon Sapiência, em epígrafe, os “crespos estão se armando”, “e pretos e pretas estão se amando”, em movimentos identitários de valorização estética. Traços que, até então, eram vistos socialmente como estigma, são transformados, não sem contradições, em símbolo de orgulho e afirmação étnico-racial.

Desde os anos 1960, movimentos como Black Power, expresso pela palavra de ordem Black is beautiful, incitavam os negros estadunidenses a celebrar suas estéticas negras enquanto ato político. Seja nas lutas por direitos civis, nos Estados Unidos, seja nos movimentos de autoafirmação de negritudes contemporâneos, a

centralidade do corpo e da estética negra é visível. “Aquele orgulho que já foi roubado” hoje é exaltado e celebrado por diferentes grupos de negros e negras espalhados pelo mundo. O corpo, então, transforma-se em suporte de combate ao racismo, peça central no desenvolvimento de uma consciência política de grupo.



Figura 12. Rappers brasileiros Djonga e Rincon Sapiência. Fonte: <https://tinyurl.com/2p82drsw> e <https://tinyurl.com/53yj9m9y>.

Os rappers brasileiros Djonga e Rincon Sapiência são representantes da nova cena cultural negra, trazendo em seus discos um grande grito antirracista, focando na afirmação da estética negra, na reverência a nossa ancestralidade, sem se render ao mercado cultural branco.

3.2 ORGULHO NEGRO COMO FERRAMENTA IDENTITÁRIA

Podemos afirmar que. Historicamente, a produção estética negra tem se tornado uma ferramenta de combate à discriminação racial, sendo uma questão cara ao ativismo negro. Como canta o rapper mineiro Djonga, muitas pessoas negras optaram por “ser um ser estético e não ficar estáticas” na luta antirracista. Neste sentido, a própria noção e modelo de protesto negro e seus movimentos políticos foram ganhando novos contornos com o tempo.

A transformação na perspectiva e atuação dos movimentos negros parte de um processo histórico marcado pelas transformações sócio-políticas que o Brasil e o mundo experienciaram nos últimos 40 anos, construindo novos instrumentos políticos, teóricos e analíticos para explicar o funcionamento do racismo, tanto em âmbito institucional, como também no cotidiano de negros e negras do país e adquirindo discursos contundentes equitativos, a partir de abordagens interseccionais, lutando por agendas e legitimação de lideranças negras em todos os segmentos. Temos, também, como produto e parte desse aperfeiçoamento dos movimentos negros os frutos das ações de políticas afirmativas, sobretudo as políticas de cotas raciais nas universidades brasileiras.

Vamos recuar um pouco no tempo para contextualizar alguns momentos que marcaram a consolidação do movimento negro no Brasil e a repercussão à construção identitária contemporânea. Assim, poderemos visualizar alguns processos que alçaram a questão estética compreendida à posição política.

Os anos 1970 e 1980 foram marcados fortemente pelos movimentos transnacionais de transformação cultural e política que já vinham ocorrendo desde as décadas anteriores. O questionamento das relações entre corpo e padrões de beleza, atrelado a essas novas formas de ação política, promoveu um conjunto diversificado de formas de resistência por meio da afirmação estética.

A trajetória do *black power* é particularmente interessante, tendo início ainda nos anos 1920, quando Marcus Garvey, tido como o precursor do ativismo negro na Jamaica, insistia na necessidade de romper com padrões de beleza eurocêntricos e, a partir disso, promover o encontro dos negros com suas raízes africanas. Décadas depois, nos Estados Unidos, o afro também começou a ganhar espaço e se tornou um dos protagonistas na luta pelos direitos civis nos anos de 1960. No entanto, foram as mulheres as grandes protagonistas dessa história. Condiionadas desde o tempo da escravidão a alisar o cabelo, elas bateram o pé e decidiram andar pelas ruas ao natural, o que causou espanto e resistência da comunidade branca.



Dica de aprofundamento

Quer conhecer um pouco da história do movimento Black Power e sua repercussão no Brasil? Segue alguns materiais que vão te dar um panorama.

Web Story: <https://tinyurl.com/4wztkjne>

Black Power: instrumento de resistência e cultura: <https://tinyurl.com/5ew2ysjd>

Canal Culturonauta: A Origem do Black Power: <https://tinyurl.com/3t4s4h3h>

Você sabia?

Negras e negros no Brasil há muitas décadas têm se movimentado para promover mecanismos de ascensão social à população negra. Garantir o acesso, permanência e qualidade da educação tem sido uma luta que atravessa várias gerações.

Você sabia que o primeiro Pré-Vestibular voltado para pessoas negras surgiu na Bahia? Sim! Foi uma iniciativa de professor/as e estudantes negros e negras que, em 31 de julho de 1992, fundaram o Instituto cultural Steve Biko. Desde então, o Instituto tem desenvolvido vários projetos que incentivam a população negra a ingressar no ensino superior. Conheça mais em: <http://www.stevebiko.org.br/>





Figura 13. Davis speaking at a street rally in 1974. Fonte: Photograph: Bettmann/Bettmann Archive Disponível em: <https://tinyurl.com/2dtv7ash>

Ativista dos direitos civis dos negros nos anos de 1960, Angela Davis usava de seu black power como marca de resistência.

No Brasil, na década de 1980, também respiramos os ares trazidos pela renovação da estética negra, como nos explica a antropóloga Gleicy Mailly da Silva (2019, p. 175): “nesse período, através de diferentes elaborações culturais, que vão desde os bailes black, protagonizados nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, aos blocos afro presentes no carnaval da Bahia, as categorias “orgulho” e “autoestima” ganham importante relevo”. Seguindo com Silva, vemos que, no decorrer da década de 1990, particularmente com o lançamento da revista *Raça Brasil*, essa dimensão estético-política começou a ser percebida e relacionada a um mercado de consumo de produtos específicos, voltados, mais propriamente, a uma suposta classe média negra (Silva, 2019).

A partir desse período, o significado da “beleza” adquire maior importância enquanto tema de investigação, uma vez que tais expressões enunciam práticas, discursos e desejos de homens e mulheres negro(as) sobre seus corpos, oferecendo importantes pistas para a compreensão das transformações nas dinâmicas de sociabilidade e de pertencimento identitário.

Como nos ensina a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017, p. 75):

A partir do ano de 2000 há uma politização da estética negra diferente daquela do final dos anos 70 e início dos 80 do século XX. Consumo, mercado, mídia, presença do corpo negro em espaços acadêmicos, formação de núcleos e associações de pesquisadores negros, presença de negros no governo federal, nos ministérios e secretarias especializadas acabam por trazer uma nova leitura e uma nova visão do corpo negro.

Essa multiplicidade de atores negros na cena política-cultural brasileira nos demonstra o compromisso e a responsabilidade da população em promover ações de reconhecimento da diversidade cultural negra na formação desse país. São ações complexas e refinadas que, por meio da cultura, promovem a estética, a educação, a filosofia, o pensar e agir pela perspectiva da epistemologia negra.

Por todo o Brasil, multiplicam-se os exemplos de ações de empoderamento da população negra por meio da cultura como ação política e identitária.



Figura 14. Marcha do Orgulho Crespo. Fonte: <https://tinyurl.com/2p5a9ucx>

Na Bahia podemos citar como tradicionais os blocos afro *Ilê Aiyê* e o *Olodum*. Temos, também, ações mais contemporâneas fruto de movimentos jovens, a exemplo da Marcha do Empoderamento Crespo.



Figura 15. Marcha do Empoderamento Crespo – Salvador, Bahia. Foto: Wendel Wagner/Divulgação. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8rvn8aa>

Como explicou Franz Fanon no livro *Os condenados da terra*, a **decolonização** só poderá ser pensada em termos amplos e em contraponto aos sistemas moderno-ocidentais-brancos de representações, nos quais as práticas culturais mais profundas são fundamentais como armas de luta:

Formas de expressão desacostumadas, temas inéditos e dotados de um poder não mais de invocação, mas de reunião, de convocação *para*. Tudo concorre para despertar a sensibilidade do colonizado, para tornar inatuais, inaceitáveis as atitudes contemplativas ou derrotistas. Porque renova as intenções e a dinâmica do artesanato, da dança e da música, da literatura e da epopeia oral, o colonizado reestrutura a sua percepção. O mundo perde o seu caráter maldito. Estão reunidas as condições para o inevitável confronto (FANON, 2005, p. 278-279).

As ações empreendidas pela população negra brasileira têm atuado na construção e disseminação da cultura de luta antirracista que funciona como uma espécie de infiltração antirracista, em que cada sujeito leva sua ação e seu ímpeto para os espaços que ocupa, de modo visceral vai tanto afirmando a identidade coletiva e pessoal, quanto reeducando a sociedade como um todo.



Dica para aprofundamento

Você conhece o Instituto Cultne? É uma organização sem fins lucrativos dedicada à preservação da Memória e História da População Negra. A instituição atua, ainda, nas áreas de Memória e História Pública, Cultura, Educação e Comunicação.

Conheça mais sobre a história dos blocos afros e outros importantes momentos da história da população negra em: <https://acervo.cultne.tv/>

Essa relação tensa, conflituosa e complexa que envolve o corpo negro na sociedade brasileira, expressa o conflito racial vivido em nosso país. Como vimos no capítulo anterior, trata-se de um conflito coletivo do qual todos participamos, inclusive, e sobretudo, pessoas brancas. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, a nós negros(as) foi relegado o lugar daquele(a) que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural, estando o branco no polo dominante. São esses lugares sociais de subalternidade que não são mais aceitos passivamente e que estão sendo alterados por dinâmicas insurgentes e muito potentes.



Dica de aprofundamento

A Coleção Pedagógica Asé-Toré tem dois cadernos que vão te ajudar a aprofundar seu conhecimento sobre o tema que estamos tratando aqui. Te convidamos a conhecer os Cadernos:

Volume 15: **Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas**, de Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo.

Volume 10: **Culturas africanas e afro-brasileiras**, de Jorge Luiz Gomes Junior.

A-Z

Decolonial

O termo decolonial faz referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista e a tentativa de construção de um projeto teórico de pensamento crítico e transdisciplinar para se contrapor ao padrão de poder colonial eurocêntrico. Como movimento, a genealogia do pensamento decolonial é planetária, não se confundindo com uma abordagem restrita a indivíduos, ao contrário, encontra sentido em articulação com os movimentos sociais, especificamente nas resistências afros e indígenas (SANTOS, V. M., 2018. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para crítica feminista a ciência. p. 3)

3.3 FEMINISMOS NEGROS E O EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS

As experiências do racismo vividas por homens e mulheres negras passam por caminhos diferenciados, devido às especifici-

dades das dinâmicas de gênero que o/as circundam. Contudo, há uma contradição própria do discurso colonial de dominação que os atinge da mesma forma, uma vez que se, por um lado, seus corpos são percebidos historicamente como uma fonte de erotização e exotização, por outro, são excluídos dos padrões de beleza considerados hegemônicos, constituídos e afirmados a partir do corpo branco.

No entanto, a violência e demonização que incidem sobre os corpos de mulheres negras foram e ainda são efetivamente mais fortes, o que ensejou que estas mulheres procurassem se reunir em coletivos e movimentos de mulheres, nos quais podiam se sentir representadas. Mulheres negras lutaram e continuam lutando não somente em contraposição ao machismo da sociedade patriarcal brasileira, mas também perante um tipo de feminismo protagonizado por brancas, que não contemplava suas pautas.

Denunciando que o movimento feminista era liderado por mulheres brancas, com poder de classe, que declararam ser “donas do movimento”, bell hooks* (2019) alerta sobre a falta de espaço para que mulheres pretas pudessem pautar questões específicas ligadas à vivência concomitante de opressões de raça e gênero. Era como se o lugar de mulheres negras nesses movimentos fosse o de meras seguidoras das mulheres brancas, sem efetivamente terem representação. hooks nos ensina que uma prática verdadeiramente feminista, que tenha compromisso com a transformação da sociedade, não pode ficar restrita à ideia de igualdade baseada na questão de gênero. Deve, ao contrário, apontar para a compreensão de como as dinâmicas de raça, classe e gênero se exprimem nas práticas culturais, subjetivas e cotidianas de maneira “interseccional”. A produção desta autora denuncia, sem subterfúgios, as complexas conexões entre imperialismo econômico, supremacia branca e o patriarcado, tão fundamentais para compreendermos as opressões vivenciadas por mulheres negras até os dias de hoje.

O termo **interseccionalidade** se refere ao conceito teórico-metodológico que trata de como os marcadores sociais da diferença — tais como raça, classe, gênero e outros — têm uma natureza interligada e podem gerar opressões, igualmente, interligadas. Ter uma visão interseccional sobre a vida de qualquer sujeito amplia suas possibilidades de ter uma existência digna, respeitada e permeada por justiça e igualdade de direitos.

Assim como não se encontravam representadas nas pautas feministas brancas, as mulheres negras tampouco se encontravam representadas no movimento negro, pois, em sua maioria, esse movimento foi liderado por homens negros que, muitas vezes, compactuavam e reproduziam práticas e discursos de opressão sexual e hiperssexualização de corpos de mulheres negras. Lélia Gonzalez, em tom irônico, destaca que a “mulata brasileira é o produto nacional de mais alta qualidade”, denunciando um contexto pejorativo e de abusos históricos constantes sofridos por mulheres negras (GONZALEZ, 2020). Gonzalez também ressalta que:

Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba. Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, 1984, p.224).

Podemos citar, como episódio icônico dessa violência histórica sofrida por mulheres negras, o caso de Sarah Bartman, conhecida como Vênus Hotentote, mulher que, no início do século XIX, teve seu corpo desnudado para servir ao esforço científico de comprovação da superioridade branca e inferioridade de negros africanos. A exotização do olhar estrangeiro sobre o corpo e história de Sarah Bartman nos serve para pensar o papel do corpo



* Embora as línguas inglesa e portuguesa determinem a escrita de nomes próprios com a primeira letra maiúscula, hooks adotou a grafia toda em letra minúscula, de modo a romper com a lógica linguística imposta na estrutura de seu idioma. Desse modo, respeitamos aqui a decisão da autora.



negro feminino nas relações sociais. Para Larisse Pontes (2017, p.46), “o corpo da mulher encontra-se nessa mira de um olhar colonizante, que estranha, exotiza e rejeita a diferença. É posto, muitas vezes, em oposição ao que é considerado belo de um ponto de vista hegemônico ao longo da história”.



Figura 16. Sarah Baartman. Fonte: <https://www.ufrgs.br/africanas/sara-baartman-1789-1815/>

Sarah Baartman (1789-1815), mulher originária do grupo khoi, foi escravizada em África e levada para a Europa para ser exibida publicamente na Grã-Bretanha e França do século XIX, onde ela ficou conhecida como “Vênus Hotentote”.

Como tantas mulheres negras, Sarah foi colocada no lugar do “exótico”, que é um ‘entre-lugar’ – não é feio, não é belo, é “diferente”. E essas imagens nos acompanham até os dias de hoje. Um tema muito debatido atualmente é a questão cruel da solidão de mulheres pretas e sua consequência à saúde mental dessas mulheres.

Quando Sojourner Truth, afro-americana e militante abolicionista estadunidense, proferiu, em 1851, na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, um discurso que deixou marcas, muito antes da categoria feminismo negro ser forjada,

perguntando reiteradamente: “**e não sou uma mulher?**”, ela estava falando para uma plateia, em sua maioria, composta por mulheres brancas, que não enxergavam a discrepância nas representações e configurações da construção dos afetos na vida social construídas em desfavor das mulheres negras.

Essas representações culturais regulam também a vida afetiva das pessoas, uma vez que o gênero, a raça e a classe moldam o imaginário social de que as mulheres negras não teriam direito ao afeto, suas imagens ainda hoje são associadas ao ‘mercado do sexo’ e ao trabalho doméstico. De maneira contrária, mulheres brancas são apontadas como dignas de casamentos e de relacionamentos estáveis (EVARISTO, 2006). Tal imbricação entre racismo estrutural e significados da branquitude, incidindo sobre relacionamentos afetivo-sexuais, delinea o que chamamos acima de solidão das mulheres negras, muitas vezes contribuindo para seu adoecimento psíquico.

Sojourner Truth continua ecoando, trazendo nossas vozes insurgentes. Somos mulheres negras na América do Norte, Caribe e América Latina marcadas pela opressão e pelo racismo, mas com um legado de luta, resistência e persistências. Hoje, esses caminhos se revelam potentes a partir dos ajuntamentos de mulheres negras, no campo, nas cidades, nas periferias, nas universidades, nos espaços de trabalho... Juntas, somos mais fortes, aprendendo sempre com nossas mulheres mais velhas e fortalecendo o movimento de autonomia e autoestima de nossas mais novas, seguimos empoderando umas às outras.

3.4 APROPRIAÇÃO CULTURAL E LUGAR DE FALA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Nos últimos anos, muitas são as frentes e experiências de movimentos políticos de negros e de negras que tensionam e complexificam espaços onde as vozes negras não eram escutadas.

Em tempos em que os elementos dessa negritude entram no mercado de consumo capitalista, é necessário estarmos atentos/

atentas aos usos e apropriações que pessoas brancas fazem de nossas práticas e identidades culturais. Se hoje vemos um maior número de pessoas negras em propagandas, programas de televisão e ocupando lentamente cargos de chefia nas empresas, percebemos que, na esfera política nacional, temos poucos representantes, e esse número diminui ainda mais quando se aplica às mulheres negras. Como driblar e romper com esses condicionamentos tão arraigados em práticas coloniais ainda em voga?

Um dos caminhos seria problematizar os usos da ideia de representação, observando como ela tem sido base para uma inclusão parcial ou pouco efetiva da população negra, especialmente quando o que se almeja são mudanças estruturais necessárias à desconstrução das desigualdades raciais. A socióloga Patrícia Hill Collins (2019) trabalha com o conceito de “imagens de controle”, dialogando com essa conscientização a respeito do que ela denomina “representacionismos”. Já bell hooks (2019) nos convoca a sermos radicais, tecendo críticas contundentes a um modelo de representação em que a negritude é transformada em mera mercadoria, cuja implicação é deixar nossas práticas palatáveis aos brancos. A esse processo, hooks dá o nome de “comodificação da negritude”, em suma, para a autora, a comodificação ocorre quando nossas singularidades são esvaziadas para atenderem aos interesses do mercado. E o que vende são representações negras estereotipadas ou aquelas que imitam os valores da branquitude.

E é nesse ponto que retomamos a discussão inicial sobre os usos e apropriações de determinados símbolos de uma cultura historicamente marginalizada, como a cultura negra. A emergência de expressões, comportamentos, vestimentas e músicas que surgem em espaços onde, até pouco tempo, eram desprezados é, no mínimo, vista com desconfiança pelos grupos que sempre procuraram se legitimar politicamente e lutaram para minimizar desigualdades sociais, utilizando a cultura como estratégia contra a opressão e a marginalização.

O que se questiona não é o uso de certos elementos da cultura em si, mas o modo como tal uso não é acompanhado de um

movimento mais amplo de combate ao racismo, tampouco de mudanças de percepção sobre a cultura negra. Como exemplo, podemos citar o uso do turbante por parte de mulheres brancas. Não é o ato de usar turbante que nos ofende, mas o fato de o turbante ser usado sem que haja consciência de que, para muitas comunidades, seu significado vai além da estética, possuindo um valor simbólico no âmbito da religiosidade, de crença ou de posição social dentro dessas comunidades.

O turbante é, também, um símbolo por meio do qual algumas pessoas reconhecem praticantes de religiões de matriz africana, discriminando-as e violando seu direito à liberdade de crença. Assim, enquanto para a maioria das mulheres brancas o turbante é um acessório de moda, para mulheres negras, é herança cultural e resistência frente ao racismo religioso.



Você sabia?

No Brasil temos a **Lei Federal nº 11.635**, de 27 de dezembro de 2007, que instituiu o **Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**. A lei foi instituída após o ataque ocorrido a Gildásia dos Santos e Santos, conhecida por Mãe Gilda (Iyalorixá baiana e fundadora do Ilê Axé Abassá). Mãe Gilda foi perseguida, insultada, teve sua casa e terreiro invadidos por um grupo de outra religião. As agressões provocaram infarto fulminante que levou a sua morte.

Em 11 de janeiro de 2023, foi instituída a **Lei nº 14.532 que tipifica como crime de racismo a injúria racial**, prevendo pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e **prevê pena para o racismo religioso** e recreativo e para o praticado por funcionário público. Conheça essa lei acessando: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14532.htm

Mais ofensivo ainda, é utilizar-se desse símbolo para fins econômicos, como mercadoria ou valor de troca, dentro da lógica capitalista de inovação de produtos, surgimento de modas ou objetos de consumo que alimentam o referido sistema.



Dica de filme:

Para aprofundar seu conhecimento sobre intolerância religiosa, indicamos o filme: **A Luta Sagrada — O combate à intolerância no estado da Bahia**. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrymcynf>



Para se contrapor a esse processo de apropriação cultural, o conceito de “lugar de fala” tem sido muito importante. Para hooks, o ato da fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias, “é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta”. Tomar e retomar nossas práticas culturais é como fazer a transição de subalterno para um sujeito ativo que é ouvido e tem protagonismo. Essa transição só se dá numa relação dupla, que envolve fala e escuta. Ou seja, quando nós falamos, a fala supõe escuta, portanto, a escuta é também uma decisão política. Nós, mulheres negras, estamos falando desde sempre, mas quase nunca somos escutadas.

O conceito de lugar de fala também se refere a uma premissa básica nos estudos das relações de opressão: toda pessoa fala de um lugar social situado, mesmo aquelas que ocupam o lugar do privilégio e que, muitas vezes, constroem seus discursos a partir de uma perspectiva falsa de neutralidade. Em recente debate público, intelectuais brancas e brancos estavam associando o conceito de lugar de fala a uma prática de silenciamento das pessoas brancas, assim como questionavam as políticas chamadas de identitaristas, como segmentárias. É importante notarmos que práticas de esvaziamento de conceitos como “lugar de fala” é, também, uma forma de operacionalidade do racismo.

Esperamos que, a partir do conteúdo compartilhado neste Caderno, tenhamos ajudado o leitor e a leitora a compreenderem que essas críticas não têm fundamento senão o de afirmar a estrutura racista que buscamos – ainda que brevemente – apresentar e discutir. Não se trata de silenciar grupos, quaisquer que sejam, pelo contrário, trata-se de reconhecer vozes que antes não se ouvia. Ainda hoje pessoas brancas se assustam e se incomodam ao verem pessoas negras assumindo e celebrando suas identidades, erguendo suas vozes e retomando sua autoestima, essa postura precisa mudar, é este o caminho que segue o Programa Asé-Toré e essa série de Cadernos, que buscam colocar luz de forma comprometida às potencialidades das ações e pensamentos afro-indígenas.



Para exercitar o aprendizado

Pesquise um pouco da História de cada um destes movimentos negros a seguir e elabore um texto contando quais eram/são suas pautas e de como eram/são suas lutas. Se possível, ilustre seu texto com imagens! Esse material que você vai produzir pode ser compartilhado em suas redes sociais e/ou divulgado entre seus colegas. Agindo assim, você estará também promovendo um importante movimento de reeducação das relações raciais.

- Movimento Black Panther
- Movimento Orgulho Crespo
- Black Lives Matter



Expectativa de aprendizado

Nesta atividade o/a estudante terá a oportunidade de aprofundar seus estudos conhecendo um pouco mais sobre cada movimento pesquisado. Envolvendo diferentes tempos históricos e espaços geográficos, a proposta aqui é que se observem os modos de resistência e construções identitárias construídos por coletivos negros.



DICA DE APROFUNDAMENTO

No ano de 2023, foi lançado o **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. É uma publicação organizada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e pelo Observatório das Liberdades Religiosas, com apoio da Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil.

Acesse em: <https://tinyurl.com/4ujw2ysx>




CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



Ilustração inspirada na
fotografia de Marcelo
Casal JR/Agência Brasil

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



Chegamos ao final deste Caderno que tratou da Identidade Negra no Brasil, uma temática ampla e complexa, em que tivemos que trazer dados históricos, socioantropológicos, políticos, estatísticos, para podermos nos aproximar do tema e compreender as raízes desta discussão, suas atualizações e, sobretudo, de que modo podemos estar atuando como sujeitos conscientes, apropriando-nos de nossas identidades e reforçando nossas negritudes. Neste Caderno propomos, no fundo, a reinvenção de futuros possíveis a partir de uma ótica cultural negra, a partir de “tecnologias ancestrais”, sem esquecer nosso passado, ao contrário, recuperar as práticas culturais que resgatam a tradição ameaçada pela violência colonial, torna-se fundamental para recuperarmos nossa memória e história negra e africana no sentido de criar cenários futuros de protagonismo.

Nos capítulos que aqui trouxemos, exploramos conceitos e categorias centrais para considerarmos as estruturas racistas que se acomodam em nosso país. No capítulo 1, com o debate sobre as teorias raciais e o contraditório conceito de mestiçagem, observamos os desdobramentos dessas teorias em políticas notadamente eugenistas que marcaram todo período da Primeira República no Brasil, desdobrando-se até os dias atuais na exclusão do povo negro no acesso à integralidade de sua cidadania.

Já no capítulo 2, buscamos pensar nos processos de construção identitária que envolvem nossas negritudes. Vimos que a cultura

negra é o tributo dos que se foram, ela é por excelência um dado político que confirma uma luta que expressa a máxima principal de que nunca fomos apenas escravos. Sua especificidade, cultural e étnica, tornou-se plural, porém, nesse percurso, muito se perdeu. Entretanto, temos reminiscências poderosas que refletem nossa negritude, esse dado não pode ser negado, embora possa se alienar nas vias do processo de branqueamento. Neste capítulo também pudemos compreender a importância de reconhecermos a branquitude enquanto lugar de privilégio, percebendo que mesmo não sendo racista é possível beneficiar-se do racismo, é, de alguma forma, compactuar com o racismo estrutural. Reconhecer o escalonamento racial são os primeiros passos da jornada para o engajamento de pessoas brancas na luta antirracista.

No capítulo 3, lançamos olhar para os movimentos identitários contemporâneos, sendo levados a pensar sobre a potencialidade de movimentos políticos que possuem o corpo e a estética como elemento central. A estética, aqui, surge como um fator importante da resistência negra, com o seu potencial político de reconstruir a imagem do corpo negro, e trazê-lo em todo seu empoderamento. Temos aqui a centralidade, também, dos movimentos de feminismos negros e toda a discussão sobre o lugar de fala da mulher negra nessa arena política.

Esperamos que este Caderno tenha contribuído para fomentar o debate e aprofundar nosso conhecimento em torno da identi-



dade negra no Brasil bem como contribua para com o fortalecimento de nossas negritudes. Lembrando sempre que olhar para o passado é a oportunidade que temos enquanto comunidade africana e diaspórica, a fazer as “desamarrações” necessárias desta memória escravocrata, e vir a experienciar um mundo futuro onde tenhamos a plena possibilidade de existir para além da ontológica violência branca.

A seguir, apresentamos possibilidades de aprofundamento nos temas aqui apresentados.

SITES

Museu Afro Brasil: <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu>

O Museu Afro Brasil é uma das principais instituições de guarda, pesquisa e divulgação da arte e cultura afro-brasileiras. O mais interessante é que podemos ter acesso ao Museu sem sair de casa, de forma online. Vários temas que tratamos neste Caderno podem ser visualizados a partir de seu acervo e aprofundados. Vale também uma visita presencial para aqueles que tiverem oportunidade. Localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, dentro do Parque Ibirapuera, o Museu conserva, em 11 mil m² um acervo com mais de 6 mil obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas, de autores brasileiros e estrangeiros, produzidos entre o século XVIII e os dias de hoje. O acervo abarca diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros, abordando temas como a religião, o trabalho, a arte, a escravidão, entre outros temas ao registrar a trajetória histórica e as influências africanas na construção da sociedade brasileira. Vale a pena a visita!

Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/>

O Portal Geledés é organizado pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra, que é uma organização política brasileira de mulheres negras fundado em 1988 e, desde então, vem encampando a luta contra o racismo e o sexismo. O Portal traz conteúdo de imensa contribuição, escrito por mulheres negras, apostando em seu “lu-

gar de fala”, e na voz daquelas que entendem e vivenciam os assuntos que são trazidos para debate. Seu nome deriva do conceito de geledé, que foi um tipo de sociedade exclusivamente feminina das comunidades iorubá, responsável pelos rituais com máscaras guerreiras para celebrar as grandes mães e as forças femininas poderosas da fé iorubana. É uma das maiores ONGs de feminismo negro do Brasil com várias campanhas e ações significativas contra o racismo e tem como missão institucional mais importante a valorização e promoção das mulheres negras. Além de ser um canal de informação, o Instituto Geledés promove projetos de formação e incentivo à capacitação de pessoas negras. Visita obrigatória!

Alma Preta Jornalismo: <https://almapreta.com.br/>



Figura 17. O Alma Preta Jornalismo e suas pautas atuais e inovadoras. Fonte: Print de tela de celular.

Criado em 2015 por um grupo de jovens comunicadores da Universidade Estadual Paulista (UNESP), o Alma Preta é uma agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil. O site do Alma Preta envolve reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de

eventos da comunidade afro-brasileira, faz parte de um esforço de construção de uma imprensa negra, baseada na comunicação popular e outros grupos se propõem a trazer uma nova perspectiva sobre a realidade da população brasileira. Ótimo canal para nos informarmos e nos atualizarmos. Não deixe de visitar!

PODCAST

Vidas Negras: De onde vem a sua família? É essa a provocação que o jornalista belo-horizontino Tiago Rogero (@tiagorogero) dá início à narração do primeiro episódio do podcast Vidas Negras, conteúdo nacional original da plataforma Spotify, com produção da Rádio Novelo. O projeto, que conta com a maioria de produtores e pesquisadores negros no backstage, tem como propósito registrar as vidas das pessoas negras no Brasil, uma vez em que essa população é a que mais sofre com o apagamento de suas histórias e origens.



História Preta: Podcast narrativo que tem por objetivo trazer para superfície a memória histórica da população negra no Brasil e no Mundo. Criado no início de 2019, o História Preta é de realização do historiador Thiago Andreh (@thiagoandreh) que realiza um trabalho impecável de pesquisa, com temas que vão de muçulmanos negros no Brasil, a influência africana no português brasileiro e a origem do blues. O História Preta mergulha em fatos e curiosidades para revelar histórias que foram esquecidas, pouco contadas ou embranquecidas. Um episódio mais instigante que outro!

LIVROS

O avesso da pele, de Jeferson Tenório: Um romance sobre identidade e as complexas relações raciais, sobre violência e negritude. *O avesso da pele* é uma obra contundente no panorama da nova ficção literária brasileira. Jeferson Tenório conta a história de Pedro, que, após a morte do pai, assassinado numa desastrosa abordagem policial, sai em busca de resgatar o passado da família e refazer os caminhos paternos. Com uma narrativa sensível e por vezes brutal, traz à superfície um país marcado pelo racismo, o que está em jogo é a vida de um homem abalado pelas inevitáveis fraturas existenciais da sua condição de negro em um país racista, um processo de dor, de acerto de contas, mas também de redenção, superação e liberdade. Ganhador do Prêmio Jabuti 2021, nesse romance, Jeferson Tenório se consolida como uma das vozes negras mais potentes e corajosas da literatura brasileira contemporânea. Vale a pena a leitura!



Figura 18. Detalhe da capa do livro *Torto Arado*. Fonte: Reprodução/editora Todavia.

Torto Arado, de Itamar Vieira Junior: A história do livro se passa no meio rural, apresentando famílias que vivem em condições de trabalho que, de certa forma, perpetuam um regime semiescravagista, demonstrando como as relações de servidão ainda são muito presentes no campo brasileiro; o resgate de trabalhadores em condição de escravidão ainda é uma constante em nosso cotidiano. Isso remonta ao nosso passado escravagista mal resolvido, que nos legou um racismo estrutural e relações de trabalho

muito precárias, principalmente onde o Estado está ausente. Ambientado no sertão da Bahia, o enredo tem como ponto de partida o acidente que marcará para sempre a existência das irmãs Bibiana e Belonísia, que, em uma travessura de crianças, tentam descobrir o segredo guardado, com esse pano de fundo, o autor vai revelando as estruturas de nossa sociedade patriarcal calcada nos privilégios de cor, classe e gênero. Não deixe de ler!

SÉRIE/FILMES



Figura 19. Octávia Spencer vive o papel de Madame C.J. Walker. Fonte: Print Netflix

A Vida e a História de Madam C.J. Walker: Esta série conta a história da primeira mulher negra a se tornar milionária dos Estados Unidos por conta própria: Madam C.J. Walker é interpretada por Octavia Spencer. A trama é ambientada no início de 1900, poucos anos depois da libertação dos escravos, mas ainda com muito racismo enraizado na sociedade. Em apenas quatro episódios, a série nos mostra como foi a trajetória de sucesso da empresária, além de mostrar as injustiças existentes devido ao preconceito racial, que era ainda pior com as mulheres naquela época e hoje. A minissérie não tem cenas visualmente pesadas, mas, mesmo assim, não deixa de dar intensidade aos problemas

dos negros do país, que não eram levados a sério e, em casos mais graves, corriam o risco de serem assassinados ou linchados. Trazendo o tema do empreendedorismo feminino negro bem como a questão da estética negra, a série nos comove e encanta!

Vista minha pele: O filme de Joel Zito Araújo (2008) aborda a questão do preconceito racial. Nessa história invertida, os negros são a classe dominante e os brancos foram escravizados. Os países pobres são Alemanha e Inglaterra, enquanto os países ricos são, por exemplo, África do Sul e Moçambique. Maria é uma menina branca e pobre, que estuda num colégio particular graças à bolsa de estudo que tem pelo fato de sua mãe ser faxineira nessa escola. A maioria de seus colegas a hostiliza por sua cor e por sua condição social, com exceção de sua amiga Luana, filha de um diplomata que, por ter morado em países pobres, possui uma visão mais abrangente da realidade. O filme é uma ótima ferramenta pedagógica para pensarmos a desigualdade racial e o preconceito em nosso país.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Morro da Favela.....	22
Figura 2: A Redenção de Cam pintado por Modesto Brocos y Gómez em 1895.....	22
Figura 3: Arte de Cícero Dias, artista modernista, baseado no esboço de Gilberto Freyre e publicado em forma de poster na edição do livro Casa-Grande & Senzala (Freyre, 1933).....	26
Figura 4: Mestiço, 1934 – Candido Portinari	26
Figura 5: Elza Soares	28
Figura 6: Ofício das Baianas de Acarajé. Reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2005.....	30
Figura 7: Teatro Experimental do Negro foi uma grande revolução cultural e social no Brasil.....	32
Figura 8: Retratos de negros e negras em Pernambuco feitos por volta de 1870 pelo fotógrafo de origem germânica Alberto Henschel	33
Figura 9: Indicadores socioeconômicos para população negra no Brasil.....	34
Figura 10: Ilustração Estevão Ribeiro.....	37
Figura 11: Armandinho e Camilo.....	38
Figura 12: Rappers brasileiros Djonga e Rincon Sapiência.....	41
Figura 13: Davis speaking at a street rally in 1974 ..	42
Figura 14: Marcha do Orgulho Crespo	42
Figura 15: Marcha do Empoderamento Crespo – Salvador, Bahia.....	43
Figura 16: Sarah Baartman	45
Figura 17: O Alma preta jornalismo e suas pautas atuais e inovadoras.....	50
Figura 18: Detalhe da capa do livro Torto Arado.....	51
Figura 19: Octávia Spencer vive o papel de Madame C. J. Walker.....	52

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda Negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, C. (org.). **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Trad. de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Editora Global, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, N. L. G. **O movimento negro educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. G. **Sem perder a raiz**. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALES, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES-SILVA, P. Interseccionalidade: mais de três décadas de um conceito revolucionário. **Portal SER-DH**, 2020. Disponível em: <https://serdh.mg.gov.br/repositorio-artigos/artigo/inter->

[seccionalidade-mais-de-tres-decadas-de-um-conceito-revolucionario](#). Acesso em: 21 março 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2002.

HALL, S. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.68-75,1996.

HALL, S. Da **Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOOKS, b. Eating the other: desire and resistance. In: B. HOOKS, **Black Looks: race and representation**. Boston, South End Press, p. 21-39, 1992.

HOOKS, b. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

Houaiss A, V. MS, Fraco FMM. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa** [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro. **Portal IBGE**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2022.

MOURA, C. **O negro, de bom escravo à mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 1994.

MUNANGA, K. Prefácio. In: SANTOS, G. A. dos. **A invenção do "ser negro"**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/FAPESP/PALLAS, 2002. p. 9-12.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EdUFF, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, 1990.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, A. J. M. de. **Suplicando a “dispensa do defeito da cor”**: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. XIII Encontro ANPUH-Rio, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf. Acesso em: 10/07/2023.

PENA, S. D. J. e BIRCHAL, T.S. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? In: **Revista USP**. Dez./jan./fev. 2005-2006.

PINA, R. A mestiçagem a partir de Portinari. **Le Monde Diplomatique**, 12 ago. 2019.

PONTES, L. **“Posso tocar no seu cabelo?” Entre o liso e o crespo**: transição capilar, uma (re)construção identitária? Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2017.

RAMOS, A. Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil. In: **O negro no Brasil**: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-brasileiro (vários autores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940a. p. 147-59, 1979.

RAEDERS, G. **O conde Gobineau no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Progresso, 1959.

SCHWARCZ, L. M. **Homem de ciência e a raça dos homens**: cientistas, instituições e teorias raciais em finais do século XIX. São Paulo, 1993. Tese (Doutoramento), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

_____. L. M. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, n.8(20), 1994.

_____. L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Revista Afro-Ásia**, 18 (1996), 77-101.

SILVA, G. M. da. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 173-201, maio/ago, 2019.

SILVA, P. E. da. **As origens da USP**: raça, nação e branquitude na universidade. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, P. E. da. **Professor Negro universitário**: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados. 220 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.

SILVA, A. M. V. Um defeito de cor: escritas da memória, marcas da história. **Anais do SILIAFRO**. Número 1. EDUFU, 2012. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiliafro/wp-content/uploads/2014/03/artigo_SILIAFRO_4.pdf. Acesso em: 10/07/2023.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florencia Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



PROGRAMA
ASE-TORE
FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOBRE
NECESSIDADES E POVOS INDÍGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia